

# Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nota da Receita alerta sobre riscos políticos em corte de gastos tributários ..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estados querem ICMS na guia da União que vai taxar sites asiáticos ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A imprensa e a sonegação de R\$ 150 bi - REINALDO AZEVEDO ..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita paga restituição da malha fina com correção de 11,66% ..... 9

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MPF vê indício de crime de peculato por Bolsonaro ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atividade tributária ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF pode derrubar liminar contra julgamento do STJ ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo planeja título do Tesouro Direto que poderá servir de garantia ..... 16

O POPULAR - GO - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Lula sanciona reajuste de 9% para servidores ..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet: renúncias não serão todas zeradas ..... 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O paradoxo digital do Brasil (Artigo) ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

No Senado, Haddad e Tebet fazem novos alertas ao BC ..... 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arminio: Brasil corre risco de "desembocar em grande fiasco" ..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sucesso da política fiscal depende do crescimento - CLAUDIA SAFATLE ..... 26

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PNUD propõem reformas para sistema de proteção social no Brasil ..... 28

Sexta-Feira, 28 de Abril de 2023

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

<b>Relator do novo marco fiscal inicia rodada de reuniões com bancos e executivos nesta sexta</b> .....	<b>29</b>
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <b>Site: ICMS na mesma guia</b> .....	<b>31</b>
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Dólar volta a operar abaixo de R\$ 5</b> .....	<b>32</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Agropecuária lidera avanço do PIB sem impacto na inflação</b> .....	<b>33</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS <b>Previsão de alta da receita desafia regra fiscal</b> .....	<b>36</b>
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA <b>Mínimo terá aumento real</b> .....	<b>37</b>
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA <b>Para empresários, Selic estrangula produção</b> .....	<b>38</b>
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA <b>PIB cresceu no primeiro trimestre - VINICIUS TORRES FREIRE</b> .....	<b>39</b>
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO ECONOMIA <b>Uma solução definitiva para os precatórios (Artigo)</b> .....	<b>40</b>
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA <b>Mínimo vai seguir inflação e variação do PIB, diz Marinho</b> .....	<b>42</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA <b>Lula vai anunciar mínimo de R\$ 1.320 no 1º de maio em SP</b> .....	<b>44</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA <b>Superávit externo brasileiro equilibra nosso fluxo de dólares (Artigo)</b> .....	<b>46</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA <b>PIB dos EUA desacelera no 1o tri, mas consumo forte reduz temor de recessão</b> .....	<b>47</b>
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA <b>Governousa subterfúgios para começar a reduzir juros (Editorial)</b> .....	<b>50</b>

# Nota da Receita alerta sobre riscos políticos em corte de gastos tributários

**Alexa Salomão**

Nota técnica sigilosa da **Receita Federal**, produzida durante o governo Jair Bolsonaro (PL), dá uma ideia das dificuldades que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ter em seu objetivo de reduzir o chamado gasto tributário (a perda de arrecadação provocada por benefícios e isenções).

No documento, os técnicos da Receita concluem ser inviável reverter renúncias tributárias de maneira linear e sem um período de transição. Desaconselham também alterações pontuais e isoladas, que atrairiam a oposição de setores econômicos e do Congresso, colocando em risco a revisão mais eficiente e global das desonerações dentro da forma que interessa, na **reforma tributária**.

A nota foi produzida em novembro de 2019 e mantida em sigilo. No entanto, destrincha a complexidade da estrutura das desonerações, que permanece inalterada nesses cinco anos. Segundo economistas consultados pela reportagem, a nota, nesse aspecto, permanece atual. A Folha teve acesso à íntegra do documento, que permanece em sigilo.

Tecnicamente denominadas de gastos tributários, as isenções representam uma perda estimada de R\$ 456 bilhões para a União neste ano e devem chegar a R\$ 486 bilhões no ano que vem.

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) insiste em que a suspensão de alguns desses gastos tributários vai contribuir para aumentar as receitas federais e ajudar o governo a cumprir as metas de resultado primário, sem exigir aumento de alíquotas de **impostos** ou corte nas despesas consideradas estratégicas para a gestão de Lula.

Haddad tem repetido que vai iniciar a revisão das desonerações ainda no primeiro ano de mandato e chegou a mencionar que é possível restituir aos cofres públicos R\$ 150 bilhões com o cancelamento de uma lista de benefícios.

A necessidade de rever os gastos tributários é um consenso entre especialistas em tributação. Não apenas por drenarem recursos mas por distorcerem o sistema e a competitividade entre empresas - e a nota da **Receita Federal** retrata o desafio ignorado pelo

discurso oficial.

O documento é um detalhado raio-X das desonerações feito em conjunto por duas áreas da Receita, a Coordenação-Geral de Tributação e o Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros.

Um dos anexos da nota traz um cronograma para a redução dos gastos tributários, de 2019-2021, para atender o plano de revisão de benefícios tributários, que havia sido previsto na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

A meta a ser perseguida na época era, em um prazo de dez anos, reduzir as desonerações de 4,8% para 2% do **PIB**. Foram analisados 60 gastos tributários. Cortes graduais em 25 deles poderiam render cerca de R\$ 50 bilhões em 2020 e um pouco mais do que isso em 2021.

Os maiores volumes viriam da revisão de isenções que o atual governo já avisou que não vai mexer por ora (Simples e Zona Franca) ou que tendem a atrair oposição, como isenção do Imposto de Renda para aposentadoria por doença grave, além das desonerações da cesta básica e da folha de pagamento.

A recomendação dos técnicos foi que esse cronograma de cortes não deveria ser divulgado, mas apenas remetido, em caráter reservado, ao TCU (Tribunal de Contas da União), que havia pedido esclarecimentos sobre o tema. De fato, o plano não se tornou público. A equipe econômica tentou -mas não conseguiu- alterar as desonerações, e a exigência do plano foi revogada em abril de 2020, após a eclosão da pandemia no Brasil.

O pedido de sigilo considerava o conjunto dos problemas identificados.

Não havia como fazer um corte linear nos gastos tributários. Um dos problemas, destaca a nota, é que "as desonerações concedidas após a crise de 2008/2009 alcançaram a totalidade do sistema tributário". Ou seja, todo tributo possui alguma forma de tratamento diferenciado. Em um único setor, podem coexistir diversos tipos de incentivo.

Seria necessário adotar soluções distintas, adequadas

a cada gasto tributário. Mas a retirada isolada deste ou daquele benefício enfrentaria oposições setoriais ou até populares, e haveria repercussões políticas. Como a **reforma tributária** já estava em discussão, a nota recomendava que o governo se concentrasse na mudança global.

Um exemplo básico apresentado no texto é a alteração nas regras de exceção na cobrança do PIS e da Cofins. A recomendação foi que as alterações deveriam ocorrer simultaneamente à adoção do IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Dos 60 gastos tributários avaliados, 26 (ou 43%) envolviam um ou ambos **tributos**.

"Seria temerário o encaminhamento de um cronograma com medidas isoladas destinadas a eliminar os benefícios fiscais ao longo dos próximos anos", diz o texto.

"Tal iniciativa poderá eliminar as chances de êxito da **reforma tributária**, em fase final de discussão e definição no âmbito deste ministério. A redução ampla dos gastos tributários, por essas razões, deve estar contida no contexto da **reforma tributária**."

Assim como ocorria em 2019, o governo atual trabalha pela aprovação da **reforma tributária** em etapas.

A nota da Receita também alerta para a necessidade de ficar atento ao prazo de extinção das isenções -o que mostra a dificuldade que a Fazenda terá se quiser agilizar o cancelamento de algumas delas.

Um elevado número de gastos tributários foi criado sem data para acabar. Diante disso, a nota recomenda que seja adotado um período de transição de até cinco anos antes de ser feita qualquer alteração na regra da isenção ou a sua eliminação, para que a mudança não comprometa investimentos programados com base na desoneração.











Não há prazo determinado para isenções em setores tão díspares quanto produção de biodiesel, aeronaves e embarcações, o Programa Nacional de Apoio à Cultura e o MEI (Microempreendedor Individual).

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260&maxTouch=0>**

## Ranking de gastos tributários

- 1 Pouco sensível  
2 a 4 Níveis intermediários  
5 Muito sensível

	Participação no total do gasto tributário, em %*	Tributos envolvidos**	Politicamente sensível?
Simplex	 24,5	IR, IPI, PIS/Cofins, CSLL, Contribuição previdenciária	5
Agricultura e agroindústria	 11,8	PIS/Cofins, Contribuição previdenciária	5
Rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF	 10,5	IRPF	4
Entidades sem fins lucrativos	 8,3	PIS sobre a folha de pagamentos, Cofins, IRPF, IRPJ, Contribuição previdenciária, IOF, CSLL	4
Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio	 7,2	PIS/Cofins, IPI, Imposto de Importação e AFRMM (adicional de frete marítimo)	5
Deduções do rendimento tributável - IRPF	 6,5	IRPF	5
Poupança e títulos de crédito - setor imobiliário e agronegócio	 4	IRPF, PIS/Cofins	5
Medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos	 3,9	PIS/Cofins	5
Benefício do trabalhador	 3,6	IRPJ, CSLL	2
Desenvolvimento regional	 3,4	IRPJ, AFRMM (adicional de frete marítimo)	5

\*Projeções para 2024

\*\*Anexo 2 da Nota conjunta Cetad/Cosit, nº 212, de 26 de novembro de 2019

Fonte: Receita Federal

# Estados querem ICMS na guia da União que vai taxar sites asiáticos

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

Estados negociam com a **Receita Federal** a inclusão do valor do ICMS na mesma guia de declaração simplificada que o governo federal fará para a taxação de compras feitas em plataformas de comércio eletrônico, como Shein, Shopee e Aliexpress.

Com o acordo, os Estados poderão fazer parte do plano de conformidade para a tributação desses produtos vindos do exterior - anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Quando o consumidor fizer a compra no site, no preço do produto exposto nas plataformas de venda pela internet já estará incluído o valor dos **impostos** federal e estadual.

A negociação avançou ontem em reunião do secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, com representantes do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz).

A ideia é de que uma minuta do modelo seja apresentada na próxima semana.

Em carta ao secretário da Receita, o presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, comunicou oficialmente o interesse dos Fiscos estaduais em integrar a iniciativa do ministro Haddad de aprimorar as ferramentas de arrecadação das mercadorias importadas adquiridas via plataformas digitais.

Ao Estadão, o diretor institucional do Comsefaz, André Horta, esclareceu que não há mudança na **legislação tributária** nem na atual carga tributária existente. "Não tem nenhuma diferença do que já se paga hoje", afirmou.

OPCIONAL.

Para os secretários de Fazenda estaduais, a realização do lançamento tributário, via sistema eletrônico simplificado de emissão de guia, previamente ao desembarque da mercadoria no território nacional, é o caminho adequado para garantir que essas importações ingressem no País com o devido tratamento tributário. O programa de conformidade é optativo e será oferecido aos sites, os

chamados "marketplaces" (mercado online com vários fornecedores), e às transportadoras.

Após o encontro, o secretário da Receita disse que, com o programa, haverá transparência na comercialização de produtos remetidos para o Brasil em favor do consumidor. "O anúncio do preço deve incluir os produtos incidentes sobre essa venda para que o contribuinte não seja surpreendido de que há um tributo além desse preço."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A imprensa e a sonegação de R\$ 150 bi - REINALDO AZEVEDO

## REINALDO AZEVEDO

Essa semana foi pródiga em evidências de que há uma diferença nada singela entre o interesse público e os donos da pauta. Estes já estiveram mais próximos daqueles, mas as divergências no país, no governo Bolsonaro, já me manifestei a respeito no rádio e em vídeo, passaram por um processo de infantilização e voltaram a formas primitivas de exercício da vontade. A criança, como sabem mães e pais, não costuma se contentar só com parte da satisfação do seu desejo. É tudo ou berreiro. Com o tempo, aprende a negociar. Mas nem sempre acontece.

Assim estamos no "debate econômico" -ou que nome tenha o que parece, às vezes, uma revolta da creche. Como os infantes aqui servem apenas à ilustração, não se trata de uma representação perfeita dos fatos. Os mais assertivos, nessa área, podem se manifestar na forma de birrentos barbados, pelos já encanecidos muitas vezes, apartados daquela liberdade tardia e sem paixões com que o pastor Títilo, na Primeira "Bucólica", de Virgílio, vê cair, um tanto melancólico, os fios brancos do rosto.

Andei revisitando tudo o que escrevemos -"nós", da imprensa- em dois anos importantes para as finanças públicas -ou para seu desequilíbrio. Sei que esse pronome é genérico demais, junta gente demais, reúne desiguais demais. Se puder, no entanto, representar uma espécie de coro da tragédia ou de voz pública, vamos caminhando. Um coro da imprudência, bem entendido.

Onde estávamos quando, em 2020, o governo Bolsonaro e Paulo Guedes promoveram o fim do voto de qualidade no **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**? Em carta a Fernando Haddad, como noticiou este jornal, Grace Perez-Navarro, diretora do Centro de Política e Administração Tributária da OCDE, afirmou não haver nada semelhante no mundo. Nos outros países do planeta, "as revisões são realizadas por funcionários do governo da administração tributária ou do Ministério das Finanças".

Ela também expressou estupefação com o fato de que, ainda assim, se a empresa perder o pleito no **Carf**, o que hoje é quase impossível, pode recorrer à Justiça, o que o governo está impedido de fazer.

Desde que se operou a mudança, sob o nosso quase silêncio cúmplice, o Estado (com as vênias por empregar a palavra) perdeu todas. Deixam-se de arrecadar R\$ 60 bilhões por ano, estima-se.

O governo Lula tentou resgatar o voto de qualidade -o interesse público desempata a contenda- numa medida provisória. Fez-se um escarcéu. "Insegurança jurídica!", gritou-se. As pressões resultaram numa tentativa de acordo que pode gerar outro modelo único, mas menos pernicioso: o poder público retoma a prerrogativa da decisão, mas livra o sonegador de multa e juros. O crime tributário, pois, continuará a compensar.

Onde estávamos quando se introduziram patranhas na Lei Complementar 160, em 2017, e se inventou uma outra espetacular jabuticaba do nativismo sonegador, com a criação do "bis in idem" da não tributação? Em síntese, a Justiça já tinha pacificado a não cobrança de IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido), **impostos** federais, para quem declara ter recolhido 14% de ICMS, embora tenha pago só 10% -é um exemplo ilustrativo-, com a condição de que a diferença se transforme em investimento. Tem lá seu aspecto polêmico porque o incentivo dado pelo Estado, sem consultar ninguém, impacta a Federação. Mas vá lá.

Desde 2017, os espertalhões pegam aqueles 4% e o direcionaram para o caixa -para custeio e afins-, não investem um centavo e, ainda assim, essa parcela continuou isenta de IRPJ e CSLL. Demos à luz a sonegação em cascata. O absurdo tem preço: uns R\$ 90 bilhões ao ano. Por 9 a 0, a 1ª Seção do STJ apontou a ilegalidade -escandalosa, diga-se- de tal prática. Um André Mendonça apareceu no meio do caminho, mas penso que sua liminar vai cair.

Chega-se, iluminando-se apenas dois porões tributários, a uma elisão fiscal de R\$ 150 bilhões. Mas aquelas crianças crescidas, apegadas a suas ideias fixas, cobram o corte severo de gastos, o que certamente tornaria ainda pior a vida dos pobres. À diferença de Títilo, ainda não se libertaram das paixões. Como poetas não são, trata-se de interesses. Alguns são até bem mesquinhos, apesar de aparente robustez teórica.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260>**



# Receita paga restituição da malha fina com correção de 11,66%

**Fernando Narazaki**

A **Receita Federal** paga nesta sexta-feira (28) o lote residual da restituição do Imposto de Renda referente ao mês de abril de 2023. O depósito será feito com correção de 11,66% e será destinado a quem caiu na malha fina e acertou as pendências com o fisco ou quem entregou a declaração de anos anteriores com atraso.

O lote terá 290.934 contribuintes, que receberão um total de R\$ 344,04 milhões. Do total, R\$ 155,12 milhões são para pessoas com prioridade legal.

Para saber se está no lote, o contribuinte tem de acessar o site da **Receita Federal**.

É preciso clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, "Consultar a Restituição". O cidadão deve informar o CPF e a data de nascimento e selecionar o ano da declaração. O sistema mostrará as informações sobre o crédito.

A Receita libera o acesso às informações pelo aplicativo para tablet e celular, que permite consultar a base de dados com informações sobre a liberação de restituições e a situação cadastral do CPF.

Entre os beneficiados deste lote, estão 3.647 idosos acima de 80 anos, 25.136 idosos entre 60 e 79 anos, 3.957 pessoas com deficiência ou doença grave, 9.615 contribuintes que têm o magistério como maior fonte de renda e 248.579 contribuintes que não estão entre os prioritários.

O pagamento será feito na conta bancária informada na declaração do Imposto de Renda ou por meio da chave Pix indicada. Caso o crédito não seja feito, o valor ficará disponível para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Nesse caso, o contribuinte poderá reagendar o crédito pelo Portal BB ou ligando para a Central de Relacionamento BB nos telefones 4004-0001 (capitais), 0800-7290001 (demais localidades) e 0800-729-088 (telefone especial exclusivo para deficientes auditivos). Se a quantia não for resgatada em um ano, o contribuinte deve fazer a solicitação pelo portal do e-CAC da Receita.

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260&maxTouch=0>**

# MPF vê indício de crime de peculato por Bolsonaro



Investigação. O ex-presidente Jair Bolsonaro deixa a Polícia Federal, em Brasília, após depoimento: joias apreendidas



Presente árabe. Conjunto de joias com diamantes descoberto pela Receita

Procuradores do Ministério Público Federal (MPF) apontaram indícios do crime de peculato por parte de Jair Bolsonaro no caso das joias presenteadas pelo regime da Arábia Saudita ao ex-presidente. A informação foi divulgada pelo UOL e confirmada ontem pelo GLOBO.

O crime de peculato consiste na apropriação ou desvio de bens em razão do cargo.

A pena prevista no Código Penal é de dois a 12 anos de prisão e multa.

O documento do MPF é de 20 de março e foi elaborado com base em informações fornecidas pela **Receita Federal**.

Na manifestação, os procuradores pedem a instauração de um inquérito policial para averiguar os fatos, mas como já havia uma investigação em

andamento, o Ministério Público passou a trabalhar junto com a Polícia Federal (PF).

Na peça enviada à PF, os procuradores destacam a tentativa Marcos André dos Santos, então assessor do ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia), de ingressar no Brasil sem declarar um conjunto de joias avaliado em R\$ 16,5 milhões.

"As circunstâncias objetivas do caso sugerem uma tentativa de desvio das joias retidas para o patrimônio particular do ex-presidente da República, com possível patrocínio do ex-secretário especial da **Receita Federal**, (Júlio Cesar Vieira Gomes)", aponta trecho do documento do MPF.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) entende que joias são inquestionavelmente um bem de natureza pública e que não podem ser incorporadas a acervo privado, pois foram dadas ao Estado brasileiro. Por isso, os objetos devem integrar o patrimônio da União.

**INTERESSE PRIVADO** Além de peculato, os procuradores identificaram indícios de patrocínio de interesse privado perante a administração fazendária, crime com pena de reclusão de um a quatro anos.

O MPF também chama atenção para a urgência na tentativa de retirar as joias. Aponta que o tenente-coronel Mauro Cid, exajudante de ordens do então presidente, tentou desviar as joias para o acervo pessoal de Bolsonaro "através de uma aparente "roupagem formal", o que não se concretizou em razão da "resistência" dos servidores da autarquia fiscal.

"A análise prefacial sugere a conclusão de que as circunstâncias objetivas que envolvem os fatos, somadas à urgência desproporcional imposta ao procedimento, denotam a presença de indícios do cometimento, em tese, de crimes, os quais devem ser mais bem apurados", ressalta a Procuradoria.

As joias seriam presentes do regime da Arábia Saudita à então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Os itens de luxo estavam com uma comitiva do governo que visitou o país do Oriente Médio e foram retidos pela **Receita Federal** no Aeroporto

Internacional de Guarulhos, em São Paulo, em outubro de 2021, após tentativa ilegal de entrada no país. O conjunto reúne colar, anel, relógio e brincos de diamantes. Também havia um certificado de autenticidade da marca suíça Chopard.

Na última terça-feira, a ex-Michelle confirmou que um outro conjunto de joias foi entregue no Palácio da Alvorada, onde ela morava.

Em depoimento à PF, uma funcionária do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica (GADH) do palácio relatou que o segundo conjunto de itens de luxo, estimado em R\$ 2,5 milhões foi entregue em mãos para a mulher de Bolsonaro.

Até a divulgação do depoimento da servidora pelo jornal O Estado de S.

Paulo, a ex-primeira-dama negava ter conhecimento das joias.

Oestojo, com itens também da Chopard, foi devolvido ao governo pela defesa do expresidente após determinação do Tribunal de Contas da União. Nele, haviam caneta, anel, relógio, par de abotoaduras e um masbaha, um tipo de rosário árabe. Do conjunto, o relógio se destaca, sendo avaliado em cerca de R\$ 800 mil. O item de colecionador, do modelo L.U.C. Tourbillon Qualité Fleurier Fairmined, só teve 25 unidades produzidas.

(Com g1)

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Atividade tributária

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou procedente ação rescisória para declarar que a Gratificação de Atividade Tributária (GAT), recebida pelos auditores fiscais da **Receita Federal**, é uma vantagem permanente relativa ao cargo, e que integra os vencimentos do seu titular, não podendo ser incorporada ao vencimento básico. Dessa forma, o colegiado reformou decisão anterior que havia entendido que a gratificação poderia ser incorporada no vencimento básico dos auditores, o que teria reflexos sobre as demais rubricas. "Desponta flagrante a violação de literal disposição de lei ao se transmudar a natureza de gratificação da parcela remuneratória, de vantagem permanente à de vencimento básico, que compõe a própria base de cálculo da gratificação em tela, em evidente superposição de valores, o que, além de afrontar a literal disposição de lei, implica inadmissível bis in idem, a constituir odioso efeito cascata na remuneração dos **servidores públicos**", disse, em seu voto, o relator do caso, ministro Francisco Falcão.

O ministro ainda destacou que, segundo estimativa da Advocacia- Geral da União (AGU), as execuções relativas à GAT, caso incorporada ao vencimento básico, alcançariam o montante de R\$ 3 bilhões (AR 6436).

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530>

# STF pode derrubar liminar contra julgamento do STJ

*Joice Bacelo e Beatriz Olivon De São Paulo e Brasília*

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estão se movimentando para derrubar a liminar de André Mendonça que suspendeu o julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a tributação de empresas que recebem incentivos fiscais de ICMS. O julgamento sobre a liminar ocorrerá no Plenário Virtual entre os dias 5 e 12 de maio.

Esse tema é de grande interesse do governo federal. Pode gerar um impacto positivo de R\$ 47 bilhões por ano na arrecadação, segundo a **Receita Federal**, e viabilizar o novo arcabouço fiscal.

A decisão de Mendonça gerou um mal-estar entre as duas Cortes.

Os ministros do STJ se sentiram desrespeitados. Foi a primeira vez - em toda a existência do tribunal - que um ministro do STF mandou suspender um julgamento que iria ocorrer na Corte.

Pesa contra Mendonça, além disso, a argumentação que foi usada para suspender o julgamento.

Ele levou em conta um caso que está em análise no STF. Disse que eram semelhantes e a decisão do STJ poderia gerar insegurança.

Ocorre que os casos tratam de situações diferentes. O STJ decidiu, em 2017, que a União não pode cobrar Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre créditos presumidos de ICMS - um tipo de benefício concedido por Estados.

E a discussão, agora, era se esse mesmo entendimento também poderia ser aplicado a outros tipos de benefícios fiscais.

O que está para ser decidido no STF, no entanto, é a cobrança de PIS e Cofins sobre créditos presumidos de ICMS. Ou seja, o **tributos** em discussão são diferentes e o benefício envolvido também não é o mesmo que estava em análise no STJ.

Existe, além disso, uma decisão do STF do ano de 2017 relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL sobre benefícios fiscais. Os ministros afirmaram, naquela ocasião, que trata-se de matéria infraconstitucional e,

por esse motivo, cabe ao STJ dar a palavra final sobre o tema e não ao STF.

O julgamento suspenso por André Mendonça ocorreu na quarta-feira, na 1ª Seção do STJ.

Os ministros optaram por dar continuidade e proferir a decisão - a favor da tributação - mesmo sabendo da existência da liminar.

Antes de começarem as discussões eles foram avisados por um advogado.

Afirmaram, no entanto, que precisaria de intimação, o que não havia ainda ocorrido até aquele momento. André Mendonça diz, na decisão, que se o julgamento já tivesse iniciado ou sido concluído, a decisão estaria em suspensão e foi isso, então, o que acabou acontecendo.

Os processos abaixo do STJ já estavam suspensos aguardando decisão da 1ª Seção. Como foi suspensa pelo STF, os processos abaixo continuam aguardando, de acordo com advogados.

Interlocutores ouvidos pela Valor Jurídico, coluna digital do Valor, disseram que Mendonça não gostou da postura dos ministros do STJ de dar continuidade ao caso mesmo sabendo da sua decisão.

"Estava uma fera ontem", afirmou uma fonte.

O tema é relevante para a União. Logo após o julgamento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse à imprensa que a decisão dos ministros da 1ª Seção foi "exemplar" e que o STJ reparou o que era "um grande estrago" nas contas públicas.

Os ministros autorizaram a cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre os ganhos obtidos com os benefícios concedidos pelos Estados - redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção e diferimento, dentre outros.

Trata-se, aqui, dos valores que as empresas deixam de repassar aos cofres estaduais. Uma companhia que devia R\$ 100 mil de ICMS, mas por ter direito à redução de base, por exemplo, pagou somente R\$ 60 mil. A diferença - de R\$ 40 mil - é o que pode ser considerado lucro e tributado pela União.

Após o julgamento na 1ª Seção, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informou que vai trabalhar junto com a Advocacia-Geral da União (AGU) para definir quais as medidas processuais cabíveis para levar a decisão do STJ ao ministro André Mendonça.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530>

# Governo planeja título do Tesouro Direto que poderá servir de garantia

**Guilherme Pimenta De Brasília**

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que o governo lançará em breve algumas novidades no âmbito do programa Tesouro Direto. A ideia, segundo informou o secretário, é expandir para produtos educacionais e também para garantias, como de aluguel e de financiamentos.

"Ainda há muito a crescer. Estamos trabalhando junto com a B3 para customizar produtos voltados a aposentadorias e educação", disse. O primeiro conjunto de medidas deve ser lançado até o mês de julho.

O secretário detalhou a ideia de utilizar o Tesouro Direto como garantia para financiamento de automóveis e aluguéis de imóveis, por exemplo. "Você dá mais segurança para a instituição financeira.

Com isso, você consegue taxas de juros menores no financiamento", afirmou. "Muitas vezes, você tem que depositar três aluguéis para o locador ou ir atrás de fiador. E, de repente, essa questão de depositar dinheiro pode ter uma série de problemas: ou não é corrigido, ou pode ter problema de devolução", destacou o secretário em coletiva.

Mas o primeiro produto a ser lançado, disse, será direcionado para o ciclo educacional, na intenção de ser "uma grande referência da poupança das famílias para o ciclo universitário e educacional".

A ideia, de acordo com o secretário, é lançar um título nos moldes do RendA+, título do Tesouro Direto destinado à aposentadoria. "Famílias terão um título muito customizado para isso. Então, ao longo de 18 anos, quando o filho nasce, você pode fazer, começar esse processo de investimento", disse.

Ceron disse ainda que a intenção é criar instrumentos para que empresas, por exemplo, possam utilizar esse produto "como um benefício para os empregados, para os filhos dos empregados, para criar maior engajamento".

"Ou seja, o funcionário deposita R\$ 50 para o filho, a empresa mais R\$ 50, como acontece com a **previdência complementar** de uma empresa, que ela possa fazer isso para apoiar e garantir que aquele filho

do colaborador possa, quando fizer 18 anos, ter acesso a recursos que possam suportar o ciclo universitário, pagar uma mensalidade de uma universidade privada ou apoiar o custeio nesse ciclo em que não há condições de trabalhar em tempo integral muitas vezes." "Por ora, são essas duas frentes que estamos trabalhando: produto voltado para o ciclo educacional e outro que possa ter até derivações, mas voltadas para garantias, para melhorar o custo do crédito, o mercado de seguros, utilizando a plataforma do Tesouro Direto."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530>



# Lula sanciona reajuste de 9% para servidores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai sancionar nesta sexta-feira (28) o projeto de lei que reajusta em 9% os salários dos **servidores públicos** federais civis, incluindo aposentados e pensionistas.

A proposta, que havia sido enviada pelo governo, foi aprovada pelo Congresso Nacional nesta quarta-feira (26). Com a sanção. Os novos valores já passam a valer no mês de maio e são acompanhados de mais R\$ 200 no vale-alimentação.

O presidente vai sancionar o projeto durante evento no Palácio do Planalto, em cerimônia com a participação da ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicas, Esther Dvveck.

O reajuste será concedido de forma linear a todas as categorias e começa a contar a partir da folha de pagamento de 1º de maio, sendo pago no vencimento do mês seguinte. O governo afirma que serão beneficiados diretamente mais de um milhão de pessoas.

## NEGOCIAÇÕES

"É o primeiro acordo para reajuste de servidores públicas desde 2016. Naquele ano, a Mesa Permanente de Negociação entre servidores e governo federal foi desativada. Neste ano, a Mesa foi reaberta com a participação de cerca de 100 entidades representativas dos **servidores públicos** que assinaram o acordo de reajuste de 9% após a rodada de negociações", informou o governo, em nota.

O governo ofereceu, de início, 8.4% de reajuste a partir de abril -o que havia desagradado às entidades filiadas aos fóruns nacionais de **servidores públicos**, que falaram em "frustração total". Após pressão, a negociação avançou até chegar aos 9% -sem pagamento retroativo. O valor do auxílio-alimentação de quem está na ativa, com a correção, passará a R\$ 658.

Logo após a aprovação pelo Congresso, a ministra Esther Dvveck usou suas redes para agradecer os parlamentares e ressaltou o período de sete anos sem negociação. "Agradeço ao Congresso pela sensibilidade em aprovar o PLN 2/2023 que autoriza reajuste dos servidores federais! Agora colocaremos em prática o acordo fechado na Mesa de Negociação, o lo desde 2016!", escreveu. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/28-abril-2023/1o->

***caderno***

# Tebet: renúncias não serão todas zeradas

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Tebet disse que Simples e ZFM estarão fora da revisão das renúncias

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, voltou a atacar, ontem, o volume de renúncias tributárias, mas destacou que a reforma dos **impostos** sobre consumo não irá acabar com todos os regimes favorecidos. Segundo ela, em apresentação no debate "Juros, **Inflação** e Crescimento", "há algumas renúncias fiscais que são meritórias" - como o Simples e a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Ela acrescentou que o Brasil precisa "de crescimento com produtividade e a **reforma tributária** tem esse objetivo". Questionada sobre o debate para se alterar as metas atuais de **inflação**, a ministra disse que não é algo que venha sendo discutido dentro do governo.

"Não discutimos metas de **inflação**. Essa é uma não conversa. Só falaremos disso no tempo certo, no meio do ano", afirmou.

No encerramento do debate, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), repetiu apesar do alto patamar em que a taxa Selic se encontra (13,75%), isso não pode servir de argumento para o Congresso não cumprir seu trabalho em relação às reformas estruturais. Pacheco repetiu que o Poder Legislativo vai aprovar o arcabouço fiscal e destacou que é preciso fazer a **reforma tributária**.

"Sabemos que a redução dos juros tem que ser gradativa. Não pode ser algo abrupto, mas precisa ser feito. O motivo para não fazê-lo não pode ser que o Congresso não vai fazer trabalho, porque temos feito. Fiz apelo para o BC encontrar caminho para reduzir os

juros no Brasil. Essa sessão de debate é o que precisamos fazer para chegar nesse fim. Acredito que todos que vieram aqui tem o objetivo de reduzir a queda de juros no Brasil", observou.

Na semana passada, em evento promovido pelo Lide em Londres, Pacheco fez um apelo semelhante para redução de juros com Campos Neto na plateia.

Usando o termo comum na política monetária, Pacheco disse que o Congresso "vai transformar expectativas em realidade concretas" com uma série de medidas que estão em pauta no Legislativo. Ele lembrou as medidas aprovadas por Câmara e Senado nos últimos anos, como o teto de gastos e as reformas trabalhista, política e da previdência. "Congresso tem compromisso com reformas e com segurança jurídica", garantiu.

"Sabemos que a redução dos juros tem que ser gradativa.

Não pode ser algo abrupto, mas precisa ser feito. O motivo para não fazê-lo não pode ser que o Congresso não vai fazer trabalho, porque temos feito. Fiz apelo para o BC encontrar caminho para reduzir os juros no Brasil" Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Congresso

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/28/all.pdf>

# O paradoxo digital do Brasil (Artigo)

*Christian Gebara, Presidente da Vivo*

O Brasil tem a quinta maior população online do mundo, com 71% das pessoas conectadas a alguma rede social, versus 59% da média global. Gastamos nove horas por dia na internet, sendo quatro em streamings de vídeo e três nas redes sociais. A população tem 52% de usuários de bancos digitais, ante 33% na Inglaterra.

No entanto, 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa, enquanto 94% das escolas públicas nos EUA fornecem esses dispositivos digitais para alunos que precisam. Apenas 33% dos municípios brasileiros adotam o prontuário médico eletrônico nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) - frente a 86%, se compararmos com as cidades britânicas.

A conexão à internet móvel no Brasil na tecnologia 4G alcançou praticamente 92% em 2022, segundo dados da Anatel. A limitação, agora, ocorre devido ao preço dos telefones celulares, à desigualdade de renda e à tributação.

O Brasil vive, portanto, um paradoxo digital. É o segundo país do mundo com mais horas conectado à internet, mas está longe de desfrutar plenamente dos benefícios da inclusão digital, como a telemedicina, ensino a distância e serviços públicos online.

As oportunidades podem ser muito maiores que os desafios, uma vez que ainda somos uma população predominantemente jovem. Existe um contingente significativo de representantes da chamada geração Zeta (os que adoeceram durante a pandemia) que possuem uma forte vivência digital no aprendizado, na socialização, no entretenimento, na formação de opinião. São os "virtual firsters" que sustentam a possibilidade de reduzir os gaps sociais do país muito mais rapidamente por meio da inclusão digital.

Soma-se a esse perfil demográfico o grande contingente de micro e pequenos empreendedores que estão na base da economia interna e que podem ter suas atividades alavancadas pela digitalização. Para se ter uma ideia do que isso significa, uma pesquisa do instituto Data Favela indica que os 17,9 milhões de moradores dessas comunidades movimentam mais de R\$ 200 bilhões por ano, e 5,2 milhões deles são empreendedores, além dos 6 milhões que pre tendem ter seu próprio negócio.

Para ampliar a conectividade e ter uma sociedade mais digital, o Brasil deveria, primeiro, criar incentivos para que o mercado implante redes móveis em locais sem cobertura. A nova regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), por exemplo, é uma alternativa para eliminar essas lacunas de redes em regiões mais remotas.

Também deveria aproveitar a **reforma tributária** para reduzir **impostos** e encargos específicos do setor, visando a diminuir as barreiras de acessibilidade para novos usuários, inclusive encorajando a adoção da internet móvel entre os que já tem cobertura de rede. O país tem a maior carga tributária sobre equipamentos e serviços de telecomunicações: um índice de cerca de 35% de **impostos** cobrados diretamente do consumidor logo na aquisição de um serviço, como um pacote de dados, ou de um aparelho celular, laptop ou outro dispositivo. Mas, como ficou provado com a redução do ICMS no final do ano passado, uma diminuição dessa carga impacta diretamente o consumo, aumentando a compra de equipamentos e de serviços, a receita das empresas e a própria arrecadação fiscal.

As empresas de telecomunicações investiram R\$ 918 bilhões no país desde a privatização do setor em 1998, constituindo-se no terceiro segmento com maiores inversões do Brasil. Seu retorno sobre o capital investido é modesto, de aproximadamente 7,7%. Esse fator limitante pode ser enfrentado tanto na **reforma tributária**, desonerando os investimentos, como na participação de mais agentes -como as plataformas digitais e outros usuários intensivos das redes- para compartilhar dessa agenda de desenvolvimento da capacidade instalada do país.

Com uma governança transversal, que integre educação digital -com a formação de professores preparados para capacitar os jovens para as novas profissões surgidas com a tecnologia-, aumento de incentivos a investimentos e ampliação do acesso da população a serviços e equipamentos, a inclusão digital pode viabilizar a aceleração da inclusão social e ser um dos grandes legados do novo governo para o país.

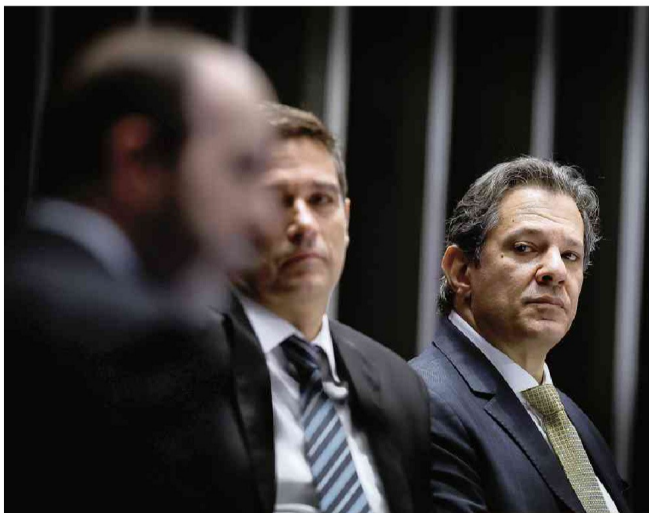
[...] Com uma governança transversal, que integre educação digital, aumento de incentivos a investimentos e ampliação do acesso da população a serviços e equipamentos, a inclusão digital pode viabilizar a aceleração da inclusão social e ser um dos grandes legados do novo governo para o país

Christian Gebara, Presidente da Vivo

**Site:**

**<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260>**

## No Senado, Haddad e Tebet fazem novos alertas ao BC



Arminio Fraga (ex-BC), Roberto Campos Neto (BC) e Fernando Haddad (Fazenda) durante sessão no Senado. Pedro Ladeira/Folhapress

**Nathalia Garcia e João Gabriel**

Os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento) fizeram alertas sobre a atuação do Banco Central nesta quinta (27) em meio ao debate capitaneado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre as decisões da autoridade monetária ligadas ao elevado patamar dos juros no Brasil.

Já o presidente do BC, Roberto Campos Neto, classificou a taxa básica de juros (Selic) como um "farol", que necessita de credibilidade para poder iluminar o caminho, e ressaltou que esse instrumento - sozinho - não garante o crescimento da atividade econômica.

Em sessão no Senado, Haddad disse que o país terá problemas nas contas públicas se a economia brasileira continuar desacelerando e relacionou a perda de fôlego da atividade às decisões do BC sobre a política de juros.

"Se a economia continuar desacelerando, por razões ligadas à política monetária, nós vamos ter problemas fiscais, porque a arrecadação vai ser impactada. Não tem como dissociar o monetário do fiscal"

O titular da Fazenda reiterou a necessidade de harmonização das políticas monetária e fiscal para o crescimento sustentável do país. "Não vejo as políticas fiscal, monetária e prudencial separadas umas das outras. Elas fazem parte da mesma engrenagem."

Haddad voltou também a defender a abertura da "caixa-preta" de renúncias fiscais e celebrou o resultado de julgamento bilionário que discutia a possibilidade de empresas usarem benefícios fiscais de ICMS para reduzir a base de incidência de dois **tributos** federais (no caso, IRPJ e CSLL).

"Há que falar em corte de gastos? Na nossa opinião, sim. Sobretudo o gasto tributário. Ontem [quarta] nós tivemos uma vitória importante no STJ, por unanimidade", disse.

Sem colocar a autonomia do BC em xeque, Tebet afirmou que as decisões da autoridade monetária, embora sejam técnicas, têm reflexos na política do país.

"A autonomia do Banco Central é importante para a estabilidade econômica e, portanto, o governo não interfere nas decisões técnicas do Banco Central, mas o Banco Central também não pode considerar que as suas ações são apenas técnicas. São técnicas, mas também decisões que interferem na política, especialmente seus comunicados e suas atas", afirmou.

Campos Neto e os ministros Haddad e Tebet lideraram a discussão sobre juros, **inflação** e crescimento econômico no Senado -iniciativa sugerida pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em meio à pressão do governo Lula, Campos Neto afirmou que a Selic é um instrumento que precisa ser conduzido com credibilidade para criar condições favoráveis para a economia brasileira crescer.

"O que importa na economia não é a Selic, é o que a gente chama de condições financeiras, que é o total que eu tenho liquidez na economia. A Selic é um instrumento que, para gerar condições de liquidez, tem que ser conduzido com credibilidade", disse.

O presidente do BC afirmou ainda que é preciso perseverar no processo de combate à **inflação** para assegurar estabilidade social no país.

"Precisamos ainda persistir no processo de garantir a estabilidade de preços, que é tão importante para os mais pobres. Não se consegue estabilidade social com **inflação** descontrolada."

Entre os debatedores, participaram também o ex-presidente do BC, Arminio Fraga, o ex-presidente da Câmara e atual presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Rodrigo Maia, os presidentes da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney Ferreira, da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Josué Gomes da Silva, e da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade, além de outros especialistas.

De acordo com o requerimento da sessão, o debate tinha como objetivo explicar aos senadores os motivos das "elevadas expectativas inflacionárias" e os "vultosos juros reais que predominam no Brasil" - a taxa básica está fixada desde agosto de 2022 em 13,75% ao ano.

Em suas recentes declarações, Haddad vem defendendo que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem criado condições favoráveis para o início do corte de juros, mostrando compromisso com o equilíbrio das contas públicas com a apresentação do novo arcabouço fiscal e a negociação da **reforma tributária**.

A proposta de novo arcabouço fiscal para substituir o teto de gastos foi entregue para o Congresso no dia 18, quase três semanas após ser apresentada. A expectativa, segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), é que o texto da nova regra fiscal possa ser aprovado na Casa até 10 de maio.

A regra prevê que a alta real da despesa, acima da **inflação**, será equivalente a 70% da variação das receitas -assegurados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento real dos gastos ao ano.

"A aritmética não fecha", diz Arminio sobre nova regra fiscal

Ex-presidente do Banco Central, Arminio Fraga criticou nesta quinta (27), em sessão de debate no Senado, o arcabouço fiscal proposto pelo governo Lula (PT), dizendo que as metas são insuficientes.

"Não é suficiente zerar o primário. Porque zerando o primário significa que você está tomando dinheiro emprestado para pagar os juros, e o juro e esse que a gente conhece. É fundamental caminhar na direção de um saldo primário maior. A aritmética simplesmente não fecha", afirmou.

O governo tem como meta zerar o déficit primário em 2024, mas admite a flutuação ao redor do alvo em valor equivalente a 0,25% do **PIB**, com déficit de R\$ 28,7bilhões no limite inferior e superávit no mesmo

montante no limite superior.

Para os próximos exercícios, busca superávit de 0,5% do **PIB** (R\$ 61,6 bilhões) em 2025 e de 1% do **PIB** (R\$ 130,8 bilhões) em 2026 nos objetivos centrais - também com intervalo de tolerância. Os números são referentes ao governo central (o que inclui Tesouro, Previdência e BC).

Fraga também reprovou a ênfase dada às receitas na nova regra fiscal "Outro ponto que gostaria de comentar rapidamente é a ênfase no lado da receita. Tudo bem, mas até onde isso vai? A sociedade já sentiu que não vai dar para ir muito mais longe. Falta espaço", disse.

"Na minha avaliação, o ajas-te fiscal que precisa ser feito vai além do ajuste necessário para estabilizar a situação da dívida do governo federal. Vejo que é imensa a necessidade de revisitar as prioridades do gasto público no Brasil"

O novo arcabouço fiscal fixa regras, parâmetros e mecanismos na tentativa de equilibrar as contas públicas, de forma que o governo não gaste mais do que suas receitas e aumente a dívida pública de forma descontrolada. Gastos com saúde e educação, contudo, não entram na conta.

Aos parlamentares e convidados Fraga pediu esforço na reconstrução do pilar fiscal no tripé macroeconômico e também defendeu o regime de metas de **inflação**. Na visão do economista, o BC "não faz milagre" e está "sobrecarregado".

"O BC tem flexibilidade para suavizar os ciclos de aperto para atingir as metas definidas pelo governo. Mas o BC não faz milagre, não vai melhorar a educação ou revertera tendência do desmatamento."

**Site:**

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260&maxTouch=0>

# Arminio: Brasil corre risco de "desembocar em grande fiasco"



Debate. O ex-presidente do BC Arminio Fraga no Senado: "É fundamental caminhar na direção de um saldo primário maior"

**MANOEL VENTURA E RENAN MONTEIRO**  
[economia@oglobo.com.br](mailto:economia@oglobo.com.br) BRASÍLIA

O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga criticou duramente o arcabouço fiscal proposto pelo governo federal, em audiência ontem no Senado sobre juros, **inflação** e crescimento.

Ele afirmou que a aritmética da proposta não fecha.

Durante o debate, Arminio também comentou que 2023 é o ano da economia e que há risco de o país "desembocar em um grande fiasco".

- A aritmética não fecha.

Não é suficiente zerar o primário (déficit público). Porque zerando o primário significa que você está tomando dinheiro emprestado para pagar os juros. E o juro é esse que a gente conhece. É fundamental caminhar na direção de um saldo primário maior. A aritmética simplesmente não fecha - disse ele, ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, autor da proposta.

Além de Haddad, estavam presentes na sessão comandada pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSDMG), a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto.

O governo Lula prevê zerar o rombo nas contas públicas em 2024 e gerar um superávit primário (ou seja, sem contar o pagamento de juros) de 1% do **PIB**

em 2026. A nova política vai substituir o teto de gastos, que impede o crescimento das despesas acima da **inflação** do ano anterior e que foi criado pelo ex-presidente Michel **Temer** em 2016.

O arcabouço permitirá o crescimento dos gastos acima do índice de preços, mas isso dependerá do comportamento das receitas. O aumento real das despesas será equivalente a 70% do incremento das receitas acima da **inflação**. E haverá ainda uma faixa para essa expansão das despesas, que vai variar de 0,6% a 2,5% ao ano.

Arminio defendeu o teto de gastos e criticou a ênfase nas receitas dada pela nova regra: -Outro ponto que gostaria de comentar é a ênfase no lado da receita. Tudo bem, mas até onde isso vai? A sociedade já sentiu que não dá para ir muito mais longe e falta espaço.

**IMPACTO NA ARRECADAÇÃO** O ex-presidente do BC terminou sua fala lembrando que, se 2022 foi o ano da democracia, 2023 é o ano da economia.

Arminio assinou a "Carta pela democracia" da USP e declarou apoio a Lula contra Jair Bolsonaro nas eleições.

Mas alertou que o Brasil agora corre o risco de "desembocar em um grande fiasco": -O ano de 2022 foi um ano de mobilização em apoio à nossa democracia. Foi um ano difícil. Foi bom, deu certo.

Porém, as coisas agora chamam atenção do lado econômico.

Se o ano passado foi o ano da democracia, este é o ano da economia. Eu digo isso porque, na minha avaliação, do jeito que as coisas andam, estamos arriscados a desembocar em um grande fiasco e daqui a pouco abriremos outra vez a discussão sobre a nossa democracia. Vossas excelências têm poder de virar esse jogo - afirmou, dirigindo-se aos senadores e ministros.

Haddad, por sua vez, voltou a pedir uma "harmonização" da política monetária com a trajetória das contas públicas.

Segundo o ministro, se a economia brasileira



desacelerar por causa dos juros altos, a queda da arrecadação ocasionará problemas fiscais.

Campos Neto tem sido alvo de críticas do governo pelo patamar da taxa Selic, atualmente em 13,75%. Por conta do nível elevado, essa taxa tende a restringir a atividade econômica.

-Se a economia continuar desacelerando por razões ligadas à política monetária, nós vamos ter problemas fiscais, porque a arrecadação será impactada. Eu não tenho como dissociar o monetário do fiscal -disse Haddad.

Durante sua fala, o ministro disse ainda que tem recebido diversos setores da economia com dificuldades: -Nós estamos com vários setores da economia drasticamente afetados. Estou a todo instante recebendo setores econômicos de vários tipos dizendo das dificuldades, que vão desde de uma Santa Casa até uma companhia aérea, passando pelo varejo. Essa harmonização é imprescindível para a gente, a partir do ano que vem, crescer com robustez e segurança.

Já Campos Neto voltou a defender a atuação da autarquia no combate ao aumento de preços com o aperto monetário.

Segundo ele, o nível de **inflação** no Brasil "precisa do trabalho que está sendo feito", isto é, com a taxa básica de juros em 13,75%: - Temos coletivamente, no governo, caminhado na direção correta e precisamos persistir no processo de garantir a estabilidade de preços, tão importante para os mais pobres. Não se consegue estabilidade social com **inflação** descontrolada.

BC BUSCA "SUAVIZAR" O CICLO Na estimativa do Banco Central, o alcance da meta de **inflação** de 3,25%, para este ano, poderia ser atingido em menor prazo com uma taxa de juros de 26,5%. Mas, segundo Campos Neto, o BC não subiu os juros a essa taxa porque está buscando "suavizar" o ciclo de aperto monetário e os efeitos na economia: -O Banco Central sempre suaviza os ciclos, o máximo possível. Então a nossa tarefa é trazer a **inflação** para a meta com mínimo de custo possível para a sociedade. O crédito segue desacelerando de forma organizada.

A ministra do Planejamento tentou estabelecer um ponto de equilíbrio entre a fala crítica sobre a taxa de juros e a defesa do Banco Central em relação à restrição monetária para conter a **inflação**: -Juros, **inflação** e crescimento são três coisas que devem andar juntas, não isoladas. O crescimento não pode ficar no meio do caminho.

O governo tem batido muito nessa questão. A autonomia do BC é importante, mas o BC também não pode considerar que suas ações são apenas técnicas, são decisões que interferem na política, especialmente seus comunicados e atas.

Haddad disse ainda é necessário recuperar a capacidade do Brasil de investir, pediu cortes de gastos e voltou a mirar no que chamou de "caixa-preta das renúncias fiscais" como um fator a ser combatido de forma a aumentar a captação de recursos pela União.

Também defendeu a realização de uma **reforma tributária**, uma vez que o sistema de **impostos** brasileiro se tornou um "descalabro".

-Há que se falar de corte de gastos? Sim, sobretudo o gasto tributário.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Sucesso da política fiscal depende do crescimento - CLAUDIA SAFATLE

**CLAUDIA SAFATLE**

"O arcabouço fiscal só fica em pé com crescimento da economia", diz Joaquim Levy, ex-ministro da Fazenda e diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercados do banco Safra. Essa avaliação é compartilhada pelo setor financeiro e foi reiterada ontem pelo presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, durante debate sobre taxa de juros no Congresso.

"Vamos ter que ter um plano [de investimento]. Temos que ter uma conversa de adulto.

Acabou o "fiscalismo mágico", segundo Levy, que se dedica a rastrear setores que possam funcionar como motores do crescimento da economia. Os agentes econômicos vão ter que batalhar e a conta terá que ser dividida de forma mais equânime e não imputada sobre quem ganha salário mínimo.

Levy aponta alguns setores como possíveis motores do crescimento, em artigo publicado na edição desta quinta-feira, 27, do Valor. "A transição verde pode alavancar o investimento nas energias renováveis e os biocombustíveis, estes em parceria com a eletrificação da mobilidade e com derivados do dendê para a aviação mundial," diz ele.

"O arcabouço fiscal poderá ter maior sucesso, portanto, se for acompanhado por outro "arcabouço" que permita desenvolver de maneira coordenada e fiscalmente eficiente as possibilidades globais da economia de baixo carbono no Brasil, o que estimulará o investimento em inúmeras outras áreas, acelerando nosso **PIB**", sugere.

Esse é um caminho para "robustecer o arcabouço fiscal e afastar o risco de que as demandas de gastos e a reticência à tributação venham a ser acomodadas via **inflação**", conclui Levy.

Ao Estado caberá garantir condições para que o investidor tome o risco. Seja a estabilidade macroeconômica, com taxas de **inflação** sob controle e taxa de juros mais baixas, seja a segurança jurídica e previsibilidade, dentre outras.

Caberá, ainda, segundo o ex-ministro, ter planejamento e definições políticas porque essa é uma

área que "envolve investimentos vultosos, especialmente privados, para atender de forma competitiva mercados às vezes incipientes".

O presidente da Febraban deixou claro que esperava mais do arcabouço fiscal, que veio muito concentrado em aumento das receitas e pouco controle do gasto público. Em encontro do Lide na semana passada, em Londres, Isaac disse que "não há política social que traga resultados efetivos se a economia não voltar a crescer". Ele condicionou o crescimento ao equilíbrio das contas públicas e a uma maior inclusão social.

"Estamos aqui hoje porque sabemos que não há bala de prata." É preciso diminuir as incertezas, zelar pelas regras do jogo e pela racionalidade econômica.

"A casa não vai cair", garante Levy, para quem são bem-vindas algumas medidas de aumento das receitas tributárias. Ele defende a taxação de jogos e apostas virtuais, que representa algo como US\$ 10 bilhões por ano.

Apesar de ter sido menos do que o mercado esperava, a reação tem disso de cautela: "vamos devagar com o andor que o santo é de barro", disse uma fonte.

A questão do ajuste tem duas dimensões, É importante ter equilíbrio das contas públicas, mas também interessa ao mercado saber como o governo pretende obter o equilíbrio.

Estudos mostram que o ajuste da despesa é melhor para a economia, na medida em que não a asfixia com uma pesada carga de **impostos**.

O problema é que o PT considera apenas o primeiro momento, que é o impacto do corte de gastos sobre o nível de atividade. O ponto é que o primeiro impacto é deprimir a atividade, mas em seguida aumenta a confiança e a taxa de juros cai. Nesse novo ambiente os investimentos voltam e se estabelece um crescimento sustentável e de longo prazo, alegam os defensores de um ajuste mais firme.

Para agentes do mercado, o arcabouço tal como anunciado pelo governo "não é uma tragédia, mas também não resolve o dilema fiscal".

O setor financeiro não tem uma avaliação negativa

desse novo arcabouço, o que significa que o jogo está em aberto. É a execução, no dia a dia, que vai atestar o seu grau de eficiência.

Há investidores estrangeiros interessados em aplicar no Brasil. Mas, por enquanto, trata-se de recursos que estão em busca do diferencial de taxas de juros domésticas e externas. Ainda não são recursos para investimentos produtivos. Os investidores estrangeiros em setores produtivos preferem esperar um pouco mais. Provavelmente querem ver a **reforma tributária** antes de decidirem sobre novos negócios.

Há, no mercado financeiro, quem sonhe com a possibilidade de o Congresso vir a reformar a proposta de arcabouço do governo, transformando-a em uma espécie de Plano Real das contas públicas. O seja, dar uma solução definitiva para o desequilíbrio fiscal, já que o teto do gasto público foi algo que não deu certo.

Execução, no dia a dia, que vai atestar eficiência do arcabouço

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1&section=1)**

# PNUD propõem reformas para sistema de proteção social no Brasil

Levar a inclusão econômica para as áreas rurais e fortalecer a rede de assistência social do país. Essas são duas das propostas para que o Brasil enfrente com prosperidade os desafios das próximas décadas.

As recomendações estão no relatório de proteção social para o Brasil, feito pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Apesar dos índices de pobreza terem aumentado nos últimos dois anos no país, o documento reconhece que Brasil avançou de forma significativa, entre 2001 e 2020, na prestação de serviços de proteção social, tendo o maior programa de transferência de renda do mundo.

Mesmo assim, ainda não é possível cobrir totalmente a desigualdade e a pobreza. Por isso, é preciso discutir reformas nas áreas de emprego, assistência e **seguridade social**.

Em relação ao trabalho, o que se defende é uma **reforma tributária** que torne mais justa a cobrança de **impostos** e a melhoria de programas de proteção contra o desemprego, inclusive frente ao avanço da tecnologia nos postos de trabalho.

Na assistência social, a ideia é unificar os programas fragmentados de transferência para as famílias, como, por exemplo, os que protegem as crianças, desde o Bolsa Família até descontos no imposto de renda. É o que explica Luis Henrique Paiva, especialista em proteção social do Pnud.

De acordo com o estudo, é preciso também fortalecer os serviços de assistência social, inclusive para atender famílias vítimas de desastres naturais por causa das mudanças climáticas. E também é preciso definir um orçamento sustentável para o Bolsa Família.

Na **previdência social** a sugestão é reformar o benefício mínimo por idade avançada e eliminar as diferenças de idade na aposentadoria.

Ao todo, o Banco Mundial e o Pnud apresentaram 10 propostas para o Brasil enfrentar as mudanças climáticas, tecnológicas e demográficas nos próximos 20 anos.

O documento completo pode ser consultado em: [bancomundial.org.br](http://bancomundial.org.br).

**Site:** <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-04/pnud-propoem-reformas-para-sistema-de-protecao-social-no-brasil>

# Relator do novo marco fiscal inicia rodada de reuniões com bancos e executivos nesta sexta

**Brasília**

/  
**Hellen Leite, do R7, em Brasília**

O deputado Cláudio Cajado (PP-BA), relator da proposta da nova regra fiscal na Câmara, inicia nesta sexta-feira (28) uma rodada de conversas com executivos do mercado financeiro e com representantes de bancos, em São Paulo, com o objetivo de colher informações e sugestões para compor o relatório da proposta.

Quando voltar a Brasília, ele vai se reunir com líderes do governo e da oposição. Cajado tem pouco mais de três semanas para finalizar o parecer e enviá-lo para votação no plenário.

Compartilhe esta notícia no Whatsapp

Em São Paulo, Cajado deve se encontrar com os representantes de quase todos os bancos, entre eles, Itaú, Santander, BTG Pactual, Citibank e XP S.A. Foram os executivos que solicitaram a reunião com o relator.

No geral, a recepção do mercado e dos bancos à nova regra fiscal foi positiva. Após a apresentação do projeto de lei, o Itaú divulgou uma nota elogiando o caráter geral das regras, com destaque para o trecho que demarca o limite de gastos.

A proposta do governo é de restringir o crescimento das despesas a 70% do crescimento da receita primária dos últimos 12 meses. Ou seja, se a arrecadação subir 2%, a despesa poderá aumentar até 1,4%, por exemplo.

No entanto, o banco acredita que o governo terá desafio na própria implementação das regras, em especial, no trecho que diz respeito à recomposição da receita.

"O arcabouço fiscal e o futuro anúncio de medidas de recomposição das receitas são complementares e

positivos. Ainda assim, há desafios significativos à frente, relacionados à implementação da trajetória almejada e consequentes ganhos de credibilidade e consolidação da regra, que pode ser incrementada por uma **reforma tributária** que gere ganhos de produtividade", considera o Itaú.

O desafio para a implementação do novo marco fiscal também foi levantado na nota técnica de projeções macroeconômicas divulgadas pelo Santander, em 9 de abril. Segundo o banco, a intenção de alcançar o equilíbrio orçamentário em 2024 depende de uma alta de mais de R\$ 100 bilhões em receitas.

"Além disso, essa necessidade pode ser ainda maior devido à projeção menor de **PIB** em comparação com as estimativas oficiais ou em função de aumento de **tributos** compartilhados com entes subnacionais", afirma o banco.

Esse assunto tem sido tratado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que indicou que vai "abrir a caixa-preta" das renúncias fiscais e dos benefícios que as empresas ganham do governo, o que daria algo em torno de R\$ 150 bilhões, o suficiente para o governo cumprir com o compromisso de implementação das novas regras.

Durante a semana, Cajado comentou que a implementação das novas regras fiscais está diretamente ligada à revisão das desonerações. A revisão não se refere a desonerações da folha de pagamento, mas a isenções pontuais para empresas e setores.

Na volta a Brasília, Cajado se encontra com líderes do governo na Câmara, na próxima terça (2), e com lideranças da oposição, na quarta (3). Ele terá cerca de três semanas para estudar o projeto enviado pelo governo e fazer os ajustes necessários para votação no plenário. Isso porque o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), quer votar a proposta na Casa até o dia 10 de maio.

"O presidente tem certa urgência para votar isso. Ao passo que aprovarmos o marco fiscal, iremos para a **reforma tributária** e à LDO, para termos todos os

regramentos concretizados, para que possamos ter uma visão clara de que o país terá segurança jurídica e macroeconômica", comentou.

**Site: <http://noticias.r7.com/brasil/relator-do-novo-marco-fiscal-inicia-rodada-de-reunioes-com-bancos-e-executivos-nessa-sexta-28042023>**

## Site: ICMS na mesma guia

Estados negociam com a **Receita Federal** a inclusão do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na mesma guia de declaração simplificada que o governo federal fará para a taxação de compras feitas em plataformas de comércio eletrônico - como Shein, Shopee e Aliexpress. Com o acordo, os estados poderão fazer parte do plano de conformidade para a tributação desses produtos vindos do exterior - anunciado na semana passada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Quando o consumidor fizer a compra no site, no preço do produto exposto nas plataformas de venda pela internet já estará incluído o valor dos **impostos** federal e estadual. A negociação avançou, ontem, em reunião do secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, com representantes do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz). A ideia é de que uma minuta do modelo seja apresentada na próxima semana.

### Carga mantida

Em carta ao secretário da Receita, o presidente do Comsefaz, Carlos Eduardo Xavier, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, comunicou oficialmente o interesse dos fiscos estaduais em integrar a iniciativa de Haddad de aprimorar as ferramentas de arrecadação das mercadorias importadas adquiridas via plataformas digitais. O diretor institucional do Comsefaz, André Horta, esclareceu que não há mudança na **legislação tributária** nem na atual carga tributária existente. "Não tem nenhuma diferença do que já se paga hoje", afirmou.

Para os secretários de Fazenda estaduais, a realização do lançamento tributário, via sistema eletrônico simplificado de emissão de guia, previamente ao desembarque da mercadoria no território nacional, é o caminho adequado para garantir que essas importações ingressarão no país com o devido tratamento tributário. O programa de conformidade é optativo e será oferecido aos sites, os chamados "marketplaces" (mercado on-line com vários fornecedores), e às transportadoras.

Após o encontro, o secretário da Receita disse que, com o programa, haverá transparência na comercialização de produtos remetidos para o Brasil em favor do consumidor. "O anúncio do preço deve incluir os produtos incidentes sobre essa venda para que o contribuinte não seja surpreendido de que há

um tributo além desse preço", afirmou.

### Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/28/all.pdf>

# Dólar volta a operar abaixo de R\$ 5

O dólar comercial voltou a romper o piso psicológico de R\$ 5 e fechou ontem cotado a R\$ 4,98 para venda. Segundo analistas, a expectativa de diminuição dos riscos fiscais na esteira da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável ao governo em ação de natureza tributária ajudou a aumentar o otimismo de investidores com a economia brasileira.

Também ajudaram os sinais de maior entrosamento entre o Banco Central e o Ministério da Fazenda, mostrados em debate sobre juros realizado ontem no Senado.

Na quarta-feira, o STJ decidiu por unanimidade que créditos fiscais de ICMS recebidos pelas empresas não devem ser excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Embora a decisão tenha sido suspensa por uma liminar no STF, o entendimento é de que ela acabará prevalecendo e fortalecendo a base de cálculo dos **tributos** federais, podendo carrear até R\$ 90 bilhões aos cofres da União.

O movimento de queda da moeda norte-americana ocorreu, ainda, em linha com o ambiente mais propício ao risco no exterior, que impulsionou divisas emergentes e de países exportadores de commodities. O dólar se enfraqueceu também com a divulgação da alta do **PIB** dos EUA no primeiro trimestre, de 1,1%, que veio abaixo do esperado.

No mercado de ações, o Ibovespa, principal indicador da Bolsa de valores de São Paulo (B3) terminou o dia em terreno positivo, na marca de 102.923 pontos, com alta de 0,6%. O índice refletiu os ganhos das bolsas de Nova York, em dia de reação a balanços positivos de empresas como a Meta, bem recebidos nos EUA e na Europa. Os resultados corporativos se impuseram à decepção com o **PIB** americano no primeiro trimestre.

Os papéis da Petrobras destoaram do desempenho moderadamente positivo da bolsa e fecharam em queda. As ações preferenciais da petroleira caíram 2,06%, cotadas a R\$ 26,20 no fechamento; as ordinárias, que dão direito a voto, recuaram 2,96%, para R\$ 28,88. A retração ocorreu após a divulgação das mudanças no Conselho de Administração da estatal.

Além das alterações no Conselho, os acionistas da Petrobras aprovaram, em assembleia geral ordinária

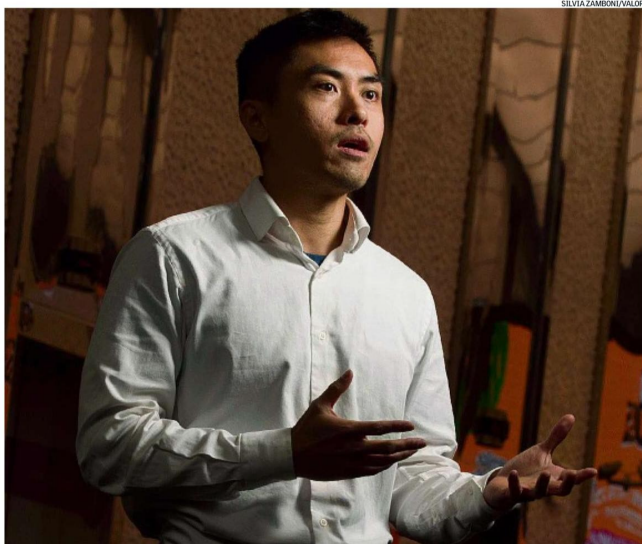
(AGO), a retenção de R\$ 6,5 bilhões da segunda parcela dos dividendos referentes ao quarto trimestre de 2022.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/28/all.pdf>



# Agropecuária lidera avanço do PIB sem impacto na inflação



Felipe Kotinda: Queda em preços aos produtores pode chegar ao consumidor, ainda que não na mesma proporção

## Anaís Fernandes De São Paulo

O impulso da agropecuária deve trazer importante contribuição ao crescimento da atividade brasileira neste ano, sobretudo no Produto Interno Bruto (**PIB**) do primeiro trimestre, sem gerar pressões inflacionárias, pelo contrário, dizem economistas.

Apesar disso, enquanto as projeções para o **PIB** geral e agro em 2023 sobem, as previsões para o IPCA também avançam, por causa, principalmente, das incertezas em torno da necessidade de recomposição de receitas para o governo fechar a conta fiscal.

A mediana das projeções do boletim Focus, pesquisa do Banco Central com o mercado, para o crescimento do **PIB** em 2023 se aproxima de 1%, com o agro crescendo quase 7%. No ano passado, o **PIB** brasileiro avançou 2,9% apesar da queda de 1,7% do agro, puxada pela quebra de safras importantes em meio a problemas climáticos e à elevação dos custos de produção, principalmente com restrições no mercado de fertilizantes por causa do envolvimento da Rússia na guerra com a Ucrânia.

"Esse cenário bom do agro é, sim, desinflacionário. É o que estamos acompanhando: tem, no cenário de **PIB**, uma produção boa que pega, principalmente, o primeiro trimestre, e isso acaba ajudando a **inflação**", diz Felipe Kotinda, economista do Santander.

No cenário atual do banco, a previsão para a alta do

**PIB** neste ano é de 0,8%, com avanço de 7,6% da agropecuária. "Ajuda bastante o fato de que o Brasil está colhendo uma safra recorde de 155 milhões de toneladas de soja, aumento de 20% em relação ao ano passado", afirma Kotinda. "Além disso, em 2022, teve um pânico global de que faltaria fertilizante por questões geopolíticas. Em dólares, esses preços já caíram. Isso até estimula o produtor a aumentar a área produtiva, o que também é baixista para a **inflação**", acrescenta.

Os índices de preços aos produtores vêm precificando essas quedas, observa Maurício Une, economista-chefe do Rabobank Brasil. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), calculado pela FGV no âmbito do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), recuou 1,45% em abril e, em 12 meses, acumula queda de 4,5%. "Temos a expectativa de que o IGP-M possa ficar ao redor de 4% em 2023. É um sinal de que está ocorrendo normalização das cadeias globais de produção e maior equilíbrio dos choques da pandemia e da guerra na Ucrânia.

A dissipação desses choques ajuda a ter a visão de que a agropecuária pode contribuir para esse quadro geral de desinflação", diz Une.

Nos índices de preços no atacado, soja e milho acumulam quedas, em 12 meses, ao redor de 20%, nota Kotinda. "É um impacto significativo nos preços aos produtores.

Isso é propagado e acaba chegando ao consumidor, principalmente pela cadeia da proteína, já que soja e milho são muito usados em ração animal", diz. Em 12 meses até a prévia de abril, a alimentação no domicílio no IPCA acumula **inflação** de 5,8%, mas os preços das carnes em geral recuam 4,1%.

Ao mesmo tempo, a exportação brasileira de commodities deve registrar níveis bastante elevados neste ano, principalmente por causa da demanda forte da China.

Soma-se a isso o fato de que a Argentina, importante fornecedor de grãos para o mundo, passa por uma situação contrária à do Brasil: sob o efeito do fenômeno natural La Niña, o vizinho deve colher metade da soja do ano passado, segundo Kotinda. "Se a Argentina não vai exportar, naturalmente, quem

consome dela vai ter de comprar mais dos Estados Unidos e do Brasil. E a Argentina também é grande exportadora de farelo e óleo de soja e pode comprar o grão do Brasil para processar na sua indústria", explica o economista.

Apesar do impulso às exportações do agro brasileiro, economistas dizem não ver restrições para a oferta interna, o que poderia barrar a contribuição benigna da agropecuária para a **inflação**.

"A atividade mais forte advinda do agro é desinflacionária, porque não vemos só preços domésticos caindo. Isso é muito importante", diz a economista Mirella Hirakawa, da AZ Quest.

"A produção de soja é revisada sucessivamente para cima e é um dos grandes fatores que devem impulsionar o **PIB** no primeiro trimestre.

Nesse sentido, a contribuição desinflacionária vem da soja, que é um dos itens dos quais o Brasil é formador de preços internacionais, mas também de outros em que o país acaba não tendo grande contribuição, como o trigo, cujos preços foram fortemente impactados pela guerra na Ucrânia, mas temos visto alguma acomodação na margem", afirma Hirakawa.

A partir das curvas internacionais em dólares e "sem nenhuma premissa forte para o câmbio", Hirakawa diz esperar que o preço da soja caia neste ano, em média, 7%, o do milho, 10%, e o do trigo, 21%. "São diversos fatores ocorrendo simultaneamente e que acabam contribuindo para que a produção interna não tenha pressão de escoamento e diminuição da oferta", diz Hirakawa.

Kotinda, do Santander, observa ainda que o "estoque de passagem" de grãos de um ano para outro deve ficar acima do estimado como necessário. "No fim, acaba sobrando mais para o mercado doméstico", afirma.

Entre o início do ano e agora, a expectativa da AZ Quest para o **PIB** geral em 2023 passou do terreno ligeiramente negativo para um crescimento de 0,5%, enquanto a perspectiva para o **PIB** agro foi de 2% para 5%. "Nesse período, revisamos mais de 30 pontos-base [0,3 ponto percentual] de **inflação** para baixo vindo de alimentação e com potencial de ser mais, caso o **PIB** agro fique mais perto da projeção do Banco Central de 7%", diz Hirakawa.

Apesar disso, a expectativa da AZ Quest para o IPCA cheio passou de 4,8% para 5,9%, enquanto a mediana do Focus foi de 5,3% para 6%.

"Por que o mercado reavaliou a **inflação** cheia para

parâmetros mais altos? Foi tudo excluindo alimentação.

A maior parte veio de preços administrados, da recomposição de **tributos**", diz Hirakawa, reconhecendo que parte da mudança também ocorreu nas medidas de núcleo, mais ligadas à resiliência da atividade e do consumo.

As expectativas do Santander para **inflação** em 2023 também subiram na última revisão de cenário do banco, de 5,9% para 6,1%. O câmbio esperado em dezembro de 2023 é de R\$ 5,40 por dólar.

"O câmbio está rodando abaixo disso, em grande parte, por questões mais ligadas a fluxo de dólares para o Brasil", diz Kotinda. Com o dólar a R\$ 5,40, o Santander espera, por exemplo, **inflação** de 2,3% para a alimentação no domicílio.

"Se o câmbio se mantivesse [mais próximo do nível atual], seria [um viés] baixista", diz o economista, ponderando que o cenário ainda é incerto por causa do fiscal.

Para Hirakawa, a apresentação do novo arcabouço pelo governo retirou o que ela chama de "riscos de cauda". "Elimina parte dos prêmios que traziam um descolamento grande do câmbio em relação ao preço "justo". Ainda não mudamos nossa projeção de câmbio a R\$ 5,20/dólar. A dúvida era se teria uma desvalorização para patamares ainda mais altos, mas parece que esse risco diminuiu.

Um câmbio um pouco mais fortalecido atribui viés baixista para a **inflação**, que não contempla R\$ 5/dólar", observa.

O real mais valorizado pode até ajudar a **inflação** no curto prazo, diz Une, do Rabobank.

"Mas a gente ainda tem a perspectiva de que o dólar possa ficar mais próximo de R\$ 5,30 ao longo do segundo semestre, que será mais desafiador", afirma.

Um risco para o repasse da melhores dos preços no atacado ao varejo, reconhece Kotinda, é que a alta para o produtor nos últimos anos foi tão forte que ele pode querer aproveitar o "espaço" para recompor margens. "Preços no atacado e no varejo não desacelerariam na mesma proporção", diz.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1&section=1>

## Força do campo

Agro ajuda PIB e inflação, mas não contém piora em previsões de IPCA

### ■ Variação de preços acumulada em 12 meses - em %



### ■ Projeção mediana para IPCA no fim de 2023 - em %



### ■ Projeções medianas para crescimento da atividade em 2023 - em %



Fontes: IBGE, FGV Ibre e Banco Central

# Previsão de alta da receita desafia regra fiscal

**Guilherme Pimenta e Larissa Garcia De Brasília**

Uma nota técnica da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados aponta para um crescimento real de 1,5% da receita, o que implica aumento de receitas superior a R\$ 50 bilhões na arrecadação de 2023 para o governo cumprir os R\$ 150 bilhões anunciados pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os técnicos também apontam para a necessidade de um aumento de R\$ 180 bilhões para zerar o déficit em 2024. O Executivo pretende elevar os gastos em até R\$ 172 bilhões no próximo ano com a aprovação do arcabouço fiscal.

Os técnicos especializados em Orçamento no Legislativo estimam que, descontada a **inflação**, o crescimento real da receita seria próximo de 1,5% até junho. Assim, pela nova regra, as despesas sujeitas ao teto da nova regra fiscal poderiam crescer cerca de 1% acima da **inflação** em 2024 (70% da receita).

Para atingir a expansão de R\$ 172 bilhões em despesas, o crescimento deveria ser de 2%.

Isso porque a nova regra fiscal condiciona a expansão de despesas à variação da receita recorrente em 12 meses, contada até junho do ano anterior. Segundo as estimativas da consultoria, a variação nominal da receita líquida recorrente até junho será de 5,5%.

"O crescimento real da receita é declinante nos últimos meses, consequência do esfriamento da atividade econômica e de desonerações, entre as quais a redução a zero das alíquotas de **impostos** sobre combustíveis com efeito na arrecadação a partir de maio de 2022", apontam os técnicos.

A nota foi conduzida pela consultora de Orçamento Márcia Rodrigues Moura e pelo analista legislativo Arthur Kronenberger.

Sobre a sustentabilidade da dívida pública, o relatório pondera que o ponto "não está expresso" no projeto do arcabouço e ressalta que a flexibilização dos mecanismos de controle do resultado primário pode não contribuir para a "formação de expectativas positivas quanto ao desempenho fiscal".

Na apresentação da nova regra fiscal, feita por Haddad em 30 de março, prevê que a dívida bruta do

governo se estabilize em 76,54% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2026, podendo cair a 75,05% do **PIB** no mesmo ano, em cenário com queda mais acentuada da taxa de juros.

Os percentuais dependem do cumprimento do centro da meta de resultado primário constante do Orçamento de 2024. A consultoria, contudo, alerta que esses indicadores e pressupostos não constam do texto encaminhado ao Congresso Nacional na semana passada.

"A evolução da dívida como proporção do **PIB** depende do estoque inicial da dívida, da taxa de juros real implícita sobre a dívida, do crescimento econômico, da capacidade de geração de resultado primário e da incorporação de outros passivos líquidos", destacou o documento.

Para a consultoria, a estabilização da dívida pública em 2027 em torno de 77% depende da obtenção "rápida e contínua" de resultados primários positivos, além de taxas de crescimento econômico próximas de 2,5% ao ano. "Também seria possível estabilização da dívida em cenário intermediário em 2027, mas em patamar mais elevado de 81%. No cenário desenhado a partir das expectativas do mercado de 14 de abril não haveria estabilização da dívida em 2027 que continuaria trajetória ascendente", acrescentou.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1&section=1>

# Mínimo terá aumento real

O Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciou, ontem, que o governo, após reunião com centrais sindicais, definiu a nova política de valorização do salário mínimo. Pela regra, o piso salarial voltará a ser corrigido anualmente pela **inflação** mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

A proposta do governo será enviada ao Congresso por meio de projeto de lei.

Por essa fórmula, em 2024, por exemplo, o reajuste do salário mínimo levaria em conta a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do **PIB** de 2022.

Segundo Luiz Marinho, a medida segue a mesma política criada no governo Dilma Rousseff.

O ministro justificou a adoção do **PIB** consolidado de dois anos atrás como uma forma de garantir que o governo adote como parâmetro o valor revisado do crescimento econômico. Ao ser questionado se a aprovação do novo arcabouço fiscal no Congresso afetaria a proposta, o ministro disse que a política de valorização do mínimo será uma "medida permanente".

"É uma política permanente.

Portanto, depende de lei específica do salário mínimo. Se a lei for aprovada, é o que vai valer", disse.

"Pressupomos que o arcabouço seja aprovado, que o Congresso vai aprovar (o texto) da forma como foi enviado. Seguramente, isso caberá também nas regras do arcabouço", completou.

Na visão do Marinho, a política de aumento real do salário mínimo estabelecida nas gestões anteriores do PT teve impacto positivo na distribuição de renda. Assim, ele afirmou que a vinculação ao crescimento do **PIB** é positiva "na medida em que acreditamos que o **PIB** crescerá de forma contínua a partir das políticas que estamos implementando".

O governo agora vai colher pareceres de outros ministérios para encaminhar a proposta ao Congresso. Ainda não foi definido quando o texto será apresentado.

A regra foi negociada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Marinho e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com representantes de

centrais sindicais. Também foi acertado que o governo editará medida provisória para elevar o mínimo dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320, como Lula havia prometido na campanha eleitoral.

De acordo com o ministro, Lula irá assinar a MP "a qualquer momento daqui até antes do dia 1.º (de maio)".

Participaram da negociação representantes de seis centrais: Central Única dos Trabalhadores (CUT); Força Sindical; União Geral dos Trabalhadores (UGT); Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/28/all.pdf>

# Para empresários, Selic estrangula produção

»»**RAFAELA GONÇALVES** »»**VICTOR CORREIA**

Representantes do setor produtivo que participaram da audiência pública no Senado, ontem, defenderam a queda imediata dos juros básicos da economia para retomada do crescimento. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, foi enfático ao afirmar que "as empresas não aguentam pagar esses juros que nós temos".

"É claro que a **inflação** não pode ser elevada. Todos nós concordamos com esse ponto. Nós também precisamos dosar esses juros, presidente Roberto Campos [Neto], para que atenda, claro, as questões da meta de **inflação**, mas que também não prejudique o crescimento e o desenvolvimento econômico", cobrou.

O presidente da CNI argumentou que a indústria e outros segmentos da economia têm dificuldades de conseguir crédito com a taxa Selic atual. Segundo ele, o setor está tomando empréstimos a mais de 30%. Ele aproveitou, ainda, para criticar a falta de concorrência na rede bancária nacional.

"Não tem nenhuma atividade empresarial, industrial, que tenha capacidade de enfrentar uma situação dessas. O banco que faz um empréstimo nessas condições, se está pensando na rentabilidade das empresas, está indo na direção errada", declarou.

## Empobrecimento

O presidente da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, destacou que o impacto da Selic na indústria está fazendo o país "empobrecer". "Não há negócio em condições de concorrência capaz de fazer frente a tamanho custo de capital. Com a perenidade dos juros altos, temos assistido ao empobrecimento do país", acusou.

Mesmo reconhecendo a importância do combate à **inflação**, o presidente da Fiesp acredita que o custo dos juros no país seja desproporcional. E chamou a atenção para a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (**PIB**).

"O Brasil gasta com juros mais do que o gasto público somado com saúde e educação. Não é aceitável um pouco mais de **inflação** para ter um pouco mais de crescimento, mas não podemos descuidar do denominador da relação dívida/**PIB**", afirmou.

Também estiveram presentes à sessão representantes da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon), da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). (RG e VC)

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/04/28/all.pdf>

# PIB cresceu no primeiro trimestre - VINICIUS TORRES FREIRE

## VINICIUS TORRES FREIRE

O número de novos empregos formais cresceu bem mais do que o esperado em março, segundo os registros federais de contratações e demissões (Caged). Em fevereiro, as vendas no varejo também aumentaram muito além do que previa a média das previsões de economistas do setor privado. Foi assim também com aumento da receita do setor de serviços. São os dados mais recentes disponíveis no IBGE.

Sim, estamos já à beira de maio. Os dados são, pois, velhucos. Mesmo assim, dizem alguma coisa sobre o desempenho da economia no primeiro trimestre e, provavelmente, explicam em parte a persistência da **inflação**, em particular a de serviços.

A economia deve ter crescido a uma taxa decente no primeiro trimestre deste 2023. Segundo economistas do Itaú, a economia (o **PIB**) teria crescido 1,2% no primeiro trimestre. Nas contas do pessoal do Bradesco, 1,3%. No quarto trimestre de 2022, o **PIB** havia recuado 0,2% em relação ao trimestre anterior, segundo o dado oficial do IBGE.

Faltam informações setoriais relevantes a respeito de março e, mais relevante, o dado oficial do **PIB** do primeiro trimestre. Assim, é mais temerário do que de costume especular o que vai ser do desempenho econômico mesmo no curto prazo, neste 2023. É quase certo que o Brasil não mudou de patamar. Isto é, que a economia possa crescer muito além daquele 1,4% ao ano que se viu de 2017 a 2019 (depois da Grande Recessão e antes da epidemia).

No entanto, tem havido erros enormes de projeção, sinal de que talvez não se compreenda a nova configuração produtiva do Brasil depois de uma década em que houve o colapso inédito de 2015-2016, seguido logo depois pelo tombo provocado pela epidemia. Houve reformas ditas liberais (em especial a trabalhista e a tributária).

É possível que alguns fatores de curtíssimo prazo ainda estejam empurrando com a barriga uma economia prestes a tropeçar e cair na segunda metade do ano. Por exemplo, houve o aumento do Auxílio Brasil/Bolsa Família para R\$ 600 em agosto do ano passado; outro aumento neste ano, com a inclusão de mais famílias na lista de beneficiados. A

agropecuária foi bem.

De impacto maior, porém, tem sido o aumento real do rendimento médio do trabalho e da massa salarial, ainda que os incrementos sejam cada vez menores (há desaceleração) e o salário médio esteja em nível historicamente baixo (o que talvez explique a quantidade de contratações).

O chute informado era de que, a partir de abril, a paulada monetária seria percebida no mundo do trabalho. Ainda não há dados.

Vários bancos fazem um acompanhamento diário e semanal sobre o ritmo de atividade econômica, com dados parciais, precários, e informações derivadas de suas próprias operações. O nível de atividade de abril não parece ter sido inferior ao do primeiro trimestre. Ao contrário.

Desde o final de 2021, a taxa básica de juros está em altura que promoveria contração econômica (trata-se aqui da Selic, determinada na prática pelo Banco Central).

De fato, houve uma desaceleração no total de novos empréstimos a partir de meados de 2022 (trata-se aqui de concessões, medidas pela sua variação trimestral, sazonalmente ajustada). A partir de dezembro de 2022, passou a haver redução no total de novos empréstimos, em particular para empresas (sempre na medida trimestral).

No mercado de capitais, muito atrapalhado de resto pela fraude das Americanas, houve um colapso de captação de dinheiro em fevereiro e março (em relação aos níveis do ano passado).

É possível que o inverno esteja chegando apenas agora, com um efeito mais retardado do que habitual do aperto de juros e da piora geral das condições financeiras. Mas a previsão do tempo ainda ruim.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50260&maxTouch=0>

# Uma solução definitiva para os precatórios (Artigo)

**Felipe Salto e Fernando Facury Scaff, SÃO, RESPECTIVAMENTE, ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN RENA, PROFESSOR DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA (IDP), EX-SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO; E ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR DE DIREITO FINANCEIRO DA USP**

O debate sobre o novo arcabouço fiscal enseja um questionamento fundamental: como serão tratados os precatórios nesse modelo? Temos uma proposta: incluí-los na dívida pública. Tudo indica que se trata da forma financeiramente mais adequada para proteger as decisões do Poder Judiciário das tempestades que costumam varrer os cofres públicos.

As Emendas Constitucionais (ECs) 113 e 114 de 2021, derivadas da PEC dos Precatórios, criaram uma verdadeira confusão nesse regime de pagamento.

As incertezas sobre quantos e quais débitos serão saldados e qual o tratamento para os precatórios não contemplados no orçamento anual precisam ser eliminadas.

A despesa com precatório deriva de decisão judicial. Trata-se de uma obrigação que se soma ao estoque de outras, a serem pagas no devido tempo.

Não cabe questionamento: são decisões transitadas em julgado, isto é, a mais alta garantia de um compromisso judicial.

A contabilidade pública não pode ser mais realista que o rei. Deve, na verdade, viabilizar o cumprimento tempestivo das decisões judiciais. As despesas com precatórios sempre foram consideradas primárias, para o Direito Financeiro e para a Economia do Setor Público.

O problema está no art.

30, § 7.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece que apenas se tornam dívida se não pagos. Um erro.

Despesa primária é aquela que não embute contrapartida, como o pagamento de salários e aposentadorias. Despesa financeira é aquela que embute contrapartida, como o pagamento do valor de

um título público acrescido dos juros devidos ao detentor do papel na data do vencimento. A contrapartida é a baixa no estoque da dívida pública que fora contratada quando da emissão do título público pelo Tesouro.

Precatório nada mais é do que dívida pública, tanto o que deve ser pago no mesmo exercício como seu estoque não pago, semelhante aos títulos da dívida mobiliária negociados todos os dias pelo mercado. É um dever do Estado perante terceiros, com a diferença de que o prazo do título é dado pelo vencimento combinado em contrato, enquanto o do precatório é definido pela Constituição, fruto de decisão judicial.

Qualquer pagamento de precatórios deveria ser contabilizado inteiramente na dívida pública. Isso elevaria o indicador de dívida, num primeiro momento, e não se está a propor magia contábil alguma.

Por outro lado, duas vantagens: 1) todos poderiam acompanhar com clareza o tamanho desse passivo; e 2) o pagamento de cada centavo ao respectivo precatório passaria a ser uma despesa financeira. A primeira vantagem é mais óbvia.

Passemos à segunda.

Ingressando na categoria de despesa financeira - e não mais despesa primária -, as regras fiscais não seriam sensibilizadas quando da execução desses gastos. Claro que a dívida refletiria cada pagamento.

Mas a retirada dos precatórios do rol de gastos primários, conferindo a eles o devido tratamento contábil e jurídico, daria liberdade ao governo para formular regras fiscais que abarcassem os gastos sob seu efetivo controle.

Antes das ECs 113 e 114, os precatórios federais eram integralmente pagos e afetavam o resultado primário (receitas menos despesas sem contar os juros da dívida), dificultando o cumprimento da meta anual e do teto de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95/2016. Como aumentaram de tamanho, o governo federal anterior preferiu deixar de pagar um bom pedaço, alterando a Constituição, pelo receio de romper o famigerado teto de gastos. Uma manobra que levou à perda de credibilidade e a todas as consequências conhecidas para a economia e as



contas públicas, além de gerar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7.047 e 7.064 no Supremo Tribunal Federal (STF), sob relatoria do ministro Luiz Fux.

As despesas com precatórios seguiram na conta primária e sob a regra de gastos, ma non troppo. A obrigação de pagar foi calculada pelo valor executado de 2016 corrigido pela **inflação** até 2021, criando-se um subteto de precatórios.

Criou-se, assim, um limbo para uma parcela significativa dessas despesas, empurradas ano a ano feito bola de neve. Apenas se sabe que devem ser priorizadas no ano seguinte, mas e o que não for pago, mesmo após a priorização, em razão da limitação constitucional? Isso tem nome e sobrenome: dívida pública.

Vamos, então, dar o tratamento adequado e mostrar à sociedade duas coisas: o tamanho dessa dívida, incorporando nos indicadores; e o efeito do pagamento aos precatórios, no momento determinado pela Justiça, sobre as contas públicas. Chega de esconder esse mastodonte debaixo do tapete.

A apresentação do arcabouço fiscal é uma boa oportunidade para avançar nessa direção.

A revisão do teto de gastos determinada pela EC 126/2022 abre caminho para tratarmos disso na própria lei complementar que conterà o novo arcabouço fiscal, ou mesmo alterando o § 7.º do art. 30 da LRF, a fim de que todos os precatórios passem a ser considerados como dívida, não só os inadimplidos.

Felipe Salto e Fernando Facury Scaff, SÃO, RESPECTIVAMENTE, ECONOMISTA-CHEFE E SÓCIO DA WARREN RENA, PROFESSOR DO INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA (IDP), EX-SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO; E ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR DE DIREITO FINANCEIRO DA USP

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mínimo vai seguir inflação e variação do PIB, diz Marinho

**WESLLEY GALZO BRASÍLIA**

O governo anunciou ontem o projeto que vai definir a política de valorização do salário mínimo nos próximos anos. A proposta do Ministério do Trabalho e Emprego é de que o piso salarial do País volte a ser corrigido anualmente pela **inflação** mais a variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) consolidado de dois anos atrás. A proposta do governo será enviada ao Congresso por meio de projeto de lei (PL).

Por essa fórmula, em 2024, por exemplo, o reajuste do salário mínimo levaria em conta a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do **PIB** de 2022. Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a medida segue a mesma política criada no governo Dilma Rousseff.

Marinho justificou a adoção do **PIB** consolidado de dois anos atrás como uma forma de garantir que o governo adote como parâmetro o valor revisado do crescimento econômico.

Ao ser questionado se a aprovação do novo arcabouço fiscal no Congresso afetaria a proposta, o ministro disse que a política de valorização do mínimo será uma "medida permanente".

"É uma política permanente.

Portanto, depende de lei específica do salário mínimo. Se a lei for aprovada, é o que vai valer", disse. "Pressupomos que o arcabouço seja aprovado, que o Congresso vai aprovar (o texto) da forma como foi enviado. Seguramente, isso caberá também nas regras do arcabouço", completou.

Na visão do Marinho, a política de aumento real do salário mínimo estabelecida nas gestões anteriores do PT teve impacto positivo na distribuição de renda. Assim, ele afirmou que a vinculação ao crescimento do **PIB** é positiva "na medida em que nós acreditamos que o **PIB** crescerá de forma contínua a partir das políticas que estamos implementando".

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, já havia dito que o aumento real do salário mínimo de 2024 depende da aprovação do arcabouço fiscal.

O governo agora vai colher pareceres de outros

ministérios para encaminhar a proposta ao Congresso. Ainda não foi definido quando o texto será apresentado.

REUNIÃO.

A regra foi negociada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marinho e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), com representantes de centrais sindicais. Na reunião, também foi acertado que o governo editará até o dia 1.º de maio uma medida provisória para elevar o salário mínimo dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320, como Lula já havia prometido durante a campanha eleitoral.

De acordo com o ministro, Lula irá assinar a MP "a qualquer momento daqui até antes do dia 1.º (de maio)".

Os sindicatos cobravam do Executivo federal que o aumento do mínimo fosse de R\$ 1.391, com o argumento de recompor as perdas inflacionárias provocadas pela pandemia e pela política do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro - que congelou durante três anos os reajustes. Participaram da negociação representantes de seis centrais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

A política de valorização do salário mínimo, com reajustes pelo índice de preços e pela variação do **PIB**, vigorou entre 2011 e 2019 (governos Dilma e **Temer**), mas nem sempre o salário mínimo subiu acima da **inflação**.

Em 2017 e 2018, por exemplo, foi concedido reajuste somente com base na **inflação** porque o **PIB** dos anos anteriores (2015 e 2016) registrou queda.

Por isso, para cumprir a fórmula proposta somente a **inflação** serviu de base para o aumento.

Em 2019, houve um aumento real (acima da **inflação**) de 1%, refletindo o crescimento de dois anos antes e marcando o fim da política. Durante o governo Bolsonaro, o mínimo não teve ganho real.

"É uma política permanente. Portanto, depende da lei específica do salário mínimo. Se a lei for aprovada, é o que vai valer" Luiz Marinho Ministro do Trabalho

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lula vai anunciar mínimo de R\$ 1.320 no 1º de maio em SP



Lula falará sobre as novas medidas na comemoração do Dia do Trabalho

**Renan Truffi, João Valadares, Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta De Brasília**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai assinar até segunda-feira (1º de maio) uma medida provisória elevando o salário mínimo para R\$ 1.320. A decisão foi selada nessa quinta-feira durante reunião com centrais sindicais e ministros do governo. A medida é parte do pacote que Lula anunciará para os trabalhadores nos festejos do 1º de maio, quando é celebrado o Dia do Trabalho. Além disso, o governo petista bateu o martelo sobre a volta da antiga política de valorização do salário mínimo.

As informações foram confirmadas à imprensa pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, após reunião com Lula, representantes de centrais sindicais e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no Palácio da Alvorada.

As centrais sindicais queriam o salário mínimo no valor de R\$ 1.391 já para este ano, como forma de compensar as perdas dos trabalhadores durante a gestão de Jair Bolsonaro, que não concedeu aumento real do benefício ao longo de seu mandato.

Apesar disso, não houve acordo com a equipe econômica.

"Se a política não tivesse sido interrompida, o salário

mínimo estaria em R\$ 1.391. Então as centrais queriam recuperar essa diferença de R\$ 1.320 para R\$ 1.391. O governo argumentava que, nesse momento, do jeito que assumimos o governo, a economia no patamar que está não era possível fazer essa recuperação", explicou o ministro do Trabalho. Participaram da reunião com Lula representantes da CUT, ligada ao PT, Força Sindical, UGT, CSB, CTB e NCST.

De acordo com Marinho, o reajuste será encaminhado por MP, mas a nova política de valorização do mínimo irá ao Congresso por meio de um projeto de lei (PL). "Vamos mandar em dois formatos. [O aumento do salário mínimo para] R\$ 1.320 vai por medida provisória [para o Congresso Nacional], e a política de recuperação e valorização permanente do salário mínimo irá por projeto de lei", contou. "A MP ele [Lula] assina a qualquer momento, até o dia 1º de maio. O PL o governo não tem pressa de encaminhar, tem o ano todo para tramitar", emendou o ministro.

Marinho também confirmou que o projeto de lei em questão vai estabelecer que o reajuste do mínimo levará em conta a **inflação** (medida pelo INPC) mais o crescimento do **Produto Interno Bruto (PIB)** consolidado, considerando os dois anos anteriores.

A política é a mesma que vigorou nos governos anteriores do PT.

Ao escolher esta forma de cálculo, Lula acolheu argumentos da ala política do governo, que já defendia a retomada desse modelo.

A equipe econômica, por sua vez, vinha defendendo nos bastidores uma regra de reajuste que considerava o **PIB** per capita como referência para o crescimento real anual do mínimo. Isso porque esta medida teria impacto fiscal menor.

Lula falará aos trabalhadores sobre as novas medidas na segunda-feira, quando estará na sua primeira comemoração do Dia do Trabalho desde que voltou ao cargo de presidente. O evento acontecerá no Vale do Anhangabaú, em São Paulo.

O Valor apurou que também faz parte do pacote de benesses voltadas aos trabalhadores a criação de um grupo de trabalho incumbido de regulamentar o

transporte por aplicativos. Segundo Marinho, o entendimento do governo é de que quem atua nesse tipo de serviço precisa de proteção social. O que não está decidido é como será financiado.

Haverá ainda um decreto que proibirá o governo federal e suas empresas estatais de contratar empresas que pratiquem condições de trabalho análogas à escravidão.

Neste sentido, os editais para contratação de empresas pela administração pública trarão a exigência de trabalho decente. A regra será obrigatória na esfera federal e terá caráter de recomendação para Estados e municípios. Nessa mesma linha, será instituída a Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo (Conatrae) e firmado acordo de cooperação para combate a essa prática.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1&section=1)**

# Superávit externo brasileiro equilibra nosso fluxo de dólares (Artigo)

**PAULO GALA\***

Nossa balança comercial teve um superávit de quase US\$ 11 bilhões em março, um recorde para o mês. Foi o maior número já registrado nessa série. O saldo líquido entre exportações e importações do agronegócio está na casa de US\$ 8 bilhões. A conta de óleo e gás atingiu a marca de US\$ 4 bilhões.

O Brasil se consolida como uma das potências de agro e commodities do planeta.

A descoberta do pré-sal alçou o Brasil ao seleto clube de grandes produtores de petróleo do mundo; e ainda nem começamos a explorar o gás do pré-sal de maneira adequada. Em 2022, o Brasil se aproximou de 9% do total de exportações mundiais de produtos agro e quase 5% dos produtos extrativos minerais. Em 2000, essas porcentagens eram de 3% e 1% respectivamente.

As más notícias estão nas exportações de produtos tecnológicos.

Estacionamos em 0,6% do total mundial de produtos de média tecnologia. Em alta tecnologia, essa porcentagem caiu de 0,5% no início dos 2000 para próximo de 0,1% em 2022.

O superávit da balança comercial projetado de US\$ 50 bilhões em 2023 nos ajuda a pagar o déficit de mais de US\$ 50 bilhões anuais em serviços. Com isso, teremos novamente um déficit na contracorrente entre 1% e 2% do **PIB**.

O grande risco de déficits em contracorrente está na necessidade de financiamento externo para fechar a conta de dólares. Se nosso comércio externo não é capaz de gerar dólares para pagar as contas de serviços, sobra para a conta de capitais o financiamento do balanço de pagamentos. Ou seja, os fluxos de Bolsa, os títulos, as dívidas e o investimento direto estrangeiro trazem os dólares necessários para fechar o gap externo.

O problema dessa estratégia é que são dólares emprestados que vêm, e não genuínos resultantes de fluxos de comércio. A atração de capitais aumenta nosso passivo externo, ou seja, passamos a dever mais para os estrangeiros. Enquanto eles estão

otimistas, há financiamento farto. Mas, no caso de uma reversão de humor, o estrago é grande - como vimos no Brasil em 1999, 2002, 2008 e 2015, ou, ainda, na Argentina recentemente, para não mencionar o México em 1995 e a Ásia em 1997.

Para a Argentina, que mergulhou em nova crise inflacionária, o resultado comercial foi de menos US\$ 1 bilhão em março. Turquia, outro país em crise inflacionária, também teve déficit na balança comercial no último mês. Em janeiro e fevereiro somados, o déficit da balança comercial turca superou os US\$ 10 bilhões, e o déficit em contracorrente passou de US\$ 20 bilhões! Em porcentagem de **PIB**, esses números se aproximam de 3%.

A situação brasileira hoje é anos-luz melhor do que nas crises dos anos 1970, 1980 e 1990. Temos reservas internacionais e dívida externa sobre **PIB** em situação confortável.

O déficit em contracorrente está praticamente zerado, e o investimento direto cobre com folga a diferença.

No colapso do Plano Cruzado, tínhamos uma dívida externa que era quase 50% do PIB. Quando quebramos, em 1982, nossas reservas estavam praticamente zeradas. No choque do petróleo, nosso déficit em contracorrente foi quase 7% do **PIB**. Defato, por esse prisma, estamos bem tranquilos.

\* Economista-chefe do Banco Master de Investimento. Graduado em Economia pela FEA USP, Gala é mestre e doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, instituição em que leciona desde 2002 e na qual foi coordenador do Mestrado Profissional em Economia e Finanças, entre 2008 e 2010. Foi pesquisador visitante nas universidades de Cambridge (RU) e Columbia (NY) e atuou como economista-chefe, gestor de fundos e CEO em instituições do mercado financeiro em São Paulo.

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ  
Superávit externo brasileiro equilibra nosso fluxo de dólares

## Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1&section=1>

# PIB dos EUA desacelera no 1o tri, mas consumo forte reduz temor de recessão

*Lucia Mutikani Reuters, de Washington*

O crescimento econômico dos EUA desacelerou mais que o esperado no primeiro trimestre, apesar de uma aceleração nos gastos do consumidor. Esse impulso foi anulado pelo esforço de redução dos estoques pelas empresas, em antecipação à demanda mais fraca esperada no final do ano em meio a custos de empréstimos mais altos.

A primeira queda nos estoques privados em 18 meses informada pelo Departamento do Comércio no relatório do **PIB** no primeiro trimestre, divulgado ontem, é uma notícia potencialmente boa para a economia neste segundo trimestre, em meio ao risco de uma recessão no fim do ano. Havia temores de que uma correção dos elevados levassem a uma desaceleração econômica mais acentuada.

A desaceleração do trimestre passado aumentou as esperanças de que as empresas estejam perto de se livrar de estoques não desejados, o que as colocaria em uma melhor posição para recompor seus estoques, se precisar.

"Os estoques mais enxutos significam que o **PIB** do segundo trimestre está em uma base sólida", diz Chris Low, economista-chefe da FHN Financial de Nova York.

"É claro que o que o crescimento sobre essa base dependerá de muitas coisas, inclusive da criação de empregos e do aumento da renda, além da confiança e da disponibilidade de crédito." O **PIB** dos EUA cresceu a uma taxa anualizada de 1,1% no primeiro trimestre, segundo dado preliminar, bem abaixo da expansão de 2,6% do quarto trimestre de 2022 e da expectativa dos analistas de 2%.

Os investimentos privados em estoques caíram a um ritmo de US\$ 1,6 bilhão, a primeira queda desde o terceiro trimestre de 2021. O recuo, liderado por grupos atacadistas e fabricantes, seguiu-se a um crescimento de US\$ 136,5 bilhões no quarto trimestre.

Segundo economistas, essa redução reflete a relutância das empresas em aumentar os estoques, combinado com o aumento dos gastos pelo consumidor.

Os estoques eliminaram 2,6 pontos percentuais do crescimento do **PIB**, o maior freio em dois anos, depois de terem acrescentado 1,47 ponto percentual no trimestre anterior. Os investimentos das empresas em equipamentos encolheram pelo segundo trimestre seguido. Os investimentos gerais das empresas foram pequenos, provavelmente em razão da diminuição das margens de lucro.

Os investimentos em moradias registraram a oitava queda trimestral consecutiva, embora o ritmo desse declínio tenha diminuído.

O aumento nos gastos do governo e um déficit comercial menor contribuíram para o **PIB** crescer pelo quarto trimestre seguido.

Excluindo-se os estoques, o comércio e os gastos do governo, a economia americana cresceu 2,9%, o maior número desde o segundo trimestre de 2021. O ganho dessa medida de demanda interna, que ficou estável no quarto trimestre, foi impulsionado pelo aumento de 3,7% nos gastos do consumidor depois do aumento anêmico de 1% no quarto trimestre.

O salto nos gastos dos consumidores, que representam cerca de 70% da atividade econômica dos EUA, foi puxado pelo aumento nas compras de veículos a motor e pelos gastos em assistência médica, em restaurantes e hotéis.

A aceleração foi acompanhada por um aumento na **inflação**. O índice de preços do **PIB** subiu 3,8%, de uma alta de 3,6% no quarto trimestre.

Um dos indicadores favoritos de **inflação** do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) o índice de preços de despesas pessoais, subiu 4,9%, depois da alta de 4,4% no trimestre anterior. Acredita-se que o Fed vai elevar o juro novamente na próxima semana.

Apesar do mais agressivo ciclo de alta dos juros nos EUA desde os anos 80, alguns economistas estão cautelosamente otimistas com o cenário econômico e acreditam que qualquer recessão será branda.

Outros acham que uma desaceleração pode ser evitada completamente.

"É provável que uma recessão nos EUA comece no

segundo semestre deste ano", disse Gus Faucher, economista-chefe da PNC Financial.

"Deverá ser leve, no entanto, já que as finanças dos consumidores continuam fortes, enquanto o mercado de trabalho apertado irá desestimular demissões."

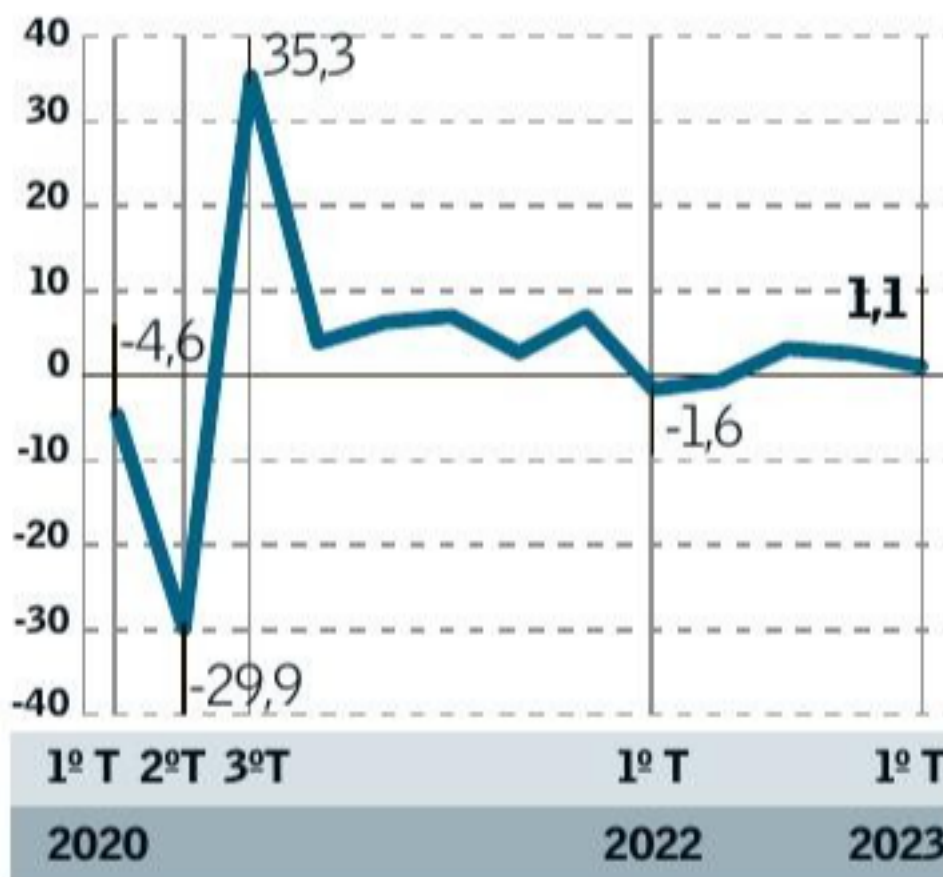
**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1&section=1)**



## PIB dos EUA desacelera

Taxa anualizada, em %



Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics. Elaboração: Valor Data

# Governou subterfúgios para começar a reduzir juros (Editorial)

Enquanto mantém fogo cerrado de críticas aos juros altos e à política do Banco Central, o governo abre caminhos furtivos para baratear o custo dos empréstimos de bancos estatais. Os enormes subsídios do Tesouro nos créditos do BNDES, o uso dos bancos públicos para impulsionar o crescimento e a interferência na definição de juros pelo BC compuseram o fim do governo de Dilma Rousseff com a maior recessão em quase cem anos. Durante viagem a Portugal, o presidente Lula reafirmou que bancos estatais terão a mesma função.

A primeira iniciativa foi mudar o indexador dos empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico repassados pela Finep. Saiu a Taxa de Longo prazo, criada em 2018 para substituir a TJLP, muito abaixo da taxa Selic, principal instrumento do BC para manter a **inflação** sob controle e na meta. Já em seus primeiros pronunciamentos, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, disse que uma de suas prioridades era ter outros indexadores para o crédito além da TLP.

Logo em seguida veio uma manobra mais explícita com o mesmo objetivo. O líder do PT na Câmara, José Guimarães (CE), relator de Medida Provisória que altera o Programa de Retomada do Setor de Eventos (Perse), acolheu um "jabuti" - tema que nada tinha a ver com o texto da MP - e substituiu a TLP pela TR também dos recursos do FAT repassados pelo BNDES em financiamentos à inovação e digitalização. O benefício, segundo o que foi aprovado, ficará limitado a 1,5% dos repasses do fundo, embora o percentual possa ser mudado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A diferença de custo que a mudança traz é enorme. Em março, as taxas médias para capital de giro do BNDES eram de 15,3%, para capital de giro, 14,7% para financiamentos e investimentos, de 10,2% para a agroindústria.

O custo médio do crédito fornecido pelo banco foi de 14,5% ao ano. A TR, nos doze meses encerrados em março, foi de 2,01%.

No ano, acumula 0,53%.

A taxa de juros real é sem dúvida muito alta (ao redor de 8%) e, ao contrário do que parecem indicar os

protestos do PT e do governo, não vai durar para sempre, mas o tempo suficiente para que a **inflação** volte aos limites estabelecidos para a meta, ainda que isso possa atrapalhar os planos políticos do Executivo. Seu objetivo é frear a economia, entre outros meios encarecendo e reduzindo os empréstimos. O custo médio do crédito com recursos livres para as empresas no mês passado foi de 24,1% e para as pessoas físicas, a enormidade de 58,3% ao ano. O custo do crédito de todas as fontes, livres e direcionadas, foi de 22,3%.

Diante disso, a TLP usada como baliza dos empréstimos do BNDES é a menor da praça, ainda que proibitiva de investimentos de curto prazo. A TLP custa IPCA mais a variação trimestral da NTN-B de 5 anos. O problema é que a **inflação** ainda é alta, assim como as expectativas, que se espriam nas taxas de longo prazo. De qualquer forma, a TLP tem um custo um pouco superior ao de captação do Tesouro, enquanto que a TJLP era muito inferior e tinha em si altos subsídios.

Além disso, não há abundância de recursos no FAT. Ele banca o seguro desemprego, o abono salarial e financiamentos dos BNDES, e o governo colocou novos programas sob sua responsabilidade, com gastos adicionais de R\$ 4,6 bilhões, de forma que o fundo, baseado nos recursos do PIS-Pasep, voltará ao vermelho em 2023, com carência de R\$ 5,1 bilhões. As projeções no PLDO indicam resultados negativos até 2026 (Folha de S.

Paulo, 23 de abril). O BNDES tinha no fim de 2022 operações de crédito com base nos recursos do FAT de R\$ 305,5 bilhões. Os juros desse dinheiro são baseados na TJLP e na TLP, e uma parte dele será indexado à irrisória Taxa de Referência (TR).

Subsídios nas mãos de governos petistas se mostraram desastrosos. É possível incentivar setores sem os quais o país não avançará no futuro, mas sua escolha é complexa e deve ser precedida de debates amplos sobre os objetivos a se alcançar no médio e longo prazos. Os recursos à disposição do Estado sempre foram escassos, caros, e precisam ser bem empregados. Cobrar TR no crédito do BNDES hoje é quase como fornecer dinheiro de graça. É preciso justificar sua necessidade e indicar o rumo das políticas das quais ele faz parte, e não escondê-lo em

um "jabuti" em uma MP que não trata disso. Como tantas outras definições, falta o governo dizer o que pretende com o crédito direcionado - como agiu, parece uma volta ao passado.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187530?page=1&section=1)**